

LEITURA COMPLEMENTAR

AULA 42

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Divisões no Cristianismo: Cisma no Oriente

A IGREJA DOS TEMPOS BÁRBAROS

DANIEL-ROPS

Páginas 703 - 775

Pe. Daniel Antonio de Carvalho Ribeiro, scj

IX. BIZÂNCIO RECOMPÕE-SE, MAS SEPARA-SE DE ROMA

A glória dos macedônios

Não se pode imaginar maior contraste do que aquele que se observava, no último terço do século IX, entre os dois Impérios: o do Ocidente e o do Oriente. Ao passo que o primeiro, a braços com irresistíveis forças de destruição, se afundava numa decadência de onde parecia nunca mais poder sair, o outro atravessava um desses momentos de plenitude e de magnífica reabilitação que várias vezes encontraremos na sua história, como se as incertezas e os dilaceramentos da época precedente tivessem preparado o solo para novas colheitas. Esta retomada dos destinos bizantinos foi obra de uma nova dinastia, que a tradição chama dos *macedônios*.

Fundada em 867 por um soldado improvisado — *Basílio I*, filho de uma dessas famílias armênias que se encontravam espalhadas um pouco por toda parte no Império; a sua, trabalhando como lavradores na Macedônia —, essa dinastia manteve-se no poder durante dois séculos, apesar dos golpes de Estado e das revoluções palacianas, e cada imperador teve o cuidado de fazer coroar o filho na sua presença, para que o laço de sangue ficasse ao abrigo dos acasos sucessórios. Foi, portanto, durante duzentos anos

que os “porfirogenetas”¹, descendentes do camponês macedônio, se impuseram com tal autoridade e prestígio que, quando os usurpadores se apoderavam do trono — o que aconteceu três vezes —, não só não tratavam de expulsar de lá a família reinante, mas tinham uma única ideia fixa: unir o seu sangue ao dela.

Esta dinastia teve a mesma sorte que tivera a descendência de César Augusto, a mesma que teria a casa dos capetos e a mesma que brilharia muito mais tarde, sobre a família dos Hohenzollern: possuiu, quase sem interrupção, personalidades notáveis cujos talentos, embora diversos, puderam aplicar-se por igual à glória da coroa e aos interesses do Estado. Houve muito poucos *macedônios* medíocres, e alguns foram até de uma envergadura excepcional. Assim, temos o fundador da linhagem, Basílio I (867-886), um brutamontes analfabeto, um atleta inculto que, tendo entrado para a corte a fim de tratar dos cavalos, acabou por impor-se ao último basileu isauriano, o indolente e ébrio Miguel III — e mais ternamente à irmã deste —, e eliminou pelo assassinato todos aqueles que se interpuseram no seu caminho, incluído o próprio imperador. Uma vez senhor, mostrou-se porém um soberano notável, reto nos seus desígnios, justo na sua política, heroico nas suas batalhas contra o islã. De assassino fez-se cruzado.

Temos depois Constantino VII (913-957), um intelectual refinado, bom escritor e artista de gosto muito sólido, cujas inclinações para os trabalhos do intelecto não o impediram de se mostrar terrível quando se tratava de fazer sentir o peso da sua autoridade, e cujo reinado marca um dos apogeus da civilização bizantina. Ou ainda o usurpador Nicéforo Focas (963-969), que os cronistas descrevem como “um pigmeu de cabeça enorme”, negro de pelo, de pele e de caráter, um soldado sem encanto que, no entanto, chegou

ao trono por vontade de uma linda mulher, e que, uma vez cingido o diadema, se revelou o mais basileu de todos os basileus, o mais decidido a fazer respeitar os seus direitos e o mais encarniçado no combate aos inimigos. Lembremos também Basílio II (976-1025), conhecido pelo sobrenome de “matador de búlgaros”, que, tornando-se imperador aos dezoito anos, manifestou logo um sentido das suas responsabilidades, uma energia para enfrentá-las e um conhecimento dos homens e dos acontecimentos que o equiparam a Luís XIV, e que manteve essas qualidades durante todo o seu longo reinado. Graças a ele, Bizâncio impôs-se a todo o Oriente e até à longínqua Rússia. Foram certamente personagens que merecem mais o nosso respeito do que o nosso amor, e que, para o nosso gosto, estão excessivamente manchados de sangue. Mas, se quisermos fazer-lhes justiça, não teremos de levar em conta as terríveis condições em que esses homens se encontraram situados?

Com efeito, se a dinastia macedônia se mostrou grande, não foi porque as circunstâncias lhe tivessem facilitado a tarefa. As velhas ameaças que os imperadores de Bizâncio tinham de enfrentar desde havia séculos, continuavam todas vivas — e bem agudas —, além de andarem de mistura com novos perigos que se lhes acrescentaram. Evoquemos as ameaças do interior, já conhecidas: é a revolta popular ou a conjura sempre iminente que, quando bem sucedida, faz do senhor de ontem um decapitado esvaindo-se em sangue, cuja cabeça é oferecida à irrisão das multidões, ou, na melhor das hipóteses, um mutilado ou um cego com as órbitas vazias; são as perpétuas tendências separatistas das províncias, sempre prontas a ressurgir, sempre trabalhadas pelo fermento de novas heresias, como a dos paulicianos; são as usurpações dos grandes proprietários de terras e dos funcionários que, no Oriente tanto quanto no Ocidente,

mais lentamente mas de forma não menos acentuada, pretendem substituir a autoridade centralizadora do senhor pela anarquia feudal; são ainda os muçulmanos que, embora detidos em 863 na sua arrancada através da Anatólia e a braços com crises internas, nem por isso deixam de ser temíveis, que são senhores do Mediterrâneo e controlam as suas ilhas, e que assim desferiram um golpe terrível no comércio de Bizâncio. Ao norte, encontra-se agora um novo inimigo, o búlgaro, povo asiático eslavizado que se aproveitou do enfraquecimento bizantino nos começos do século IX para espalhar-se pelo baixo Danúbio, e que, ao tempo de Bóris I, por volta de 865, forjou a ideia de uma "Pan-Eslávia" balcânica e procura agora pô-la em prática, sob o governo do czar Simeão (893-927), com grande perigo para Constantinopla. Só os confrontos ininterruptos e as campanhas de extermínio de Basílio II conseguirão abater esse inimigo.

Mas o que é admirável é que a obrigação de lutar constantemente contra estes perigos não impediu os imperadores macedônios de levarem a cabo uma política interna de uma firmeza e de uma inteligência que os igualam a um Justiniano. Depois de um século e meio de interrupção, retomaram a grande tarefa bizantina por excelência: a de elaborar o direito, aperfeiçoar as leis e melhorar os códigos. A organização do governo, durante o seu tempo, atingiu uma perfeição que nunca se tinha conhecido. As finanças, geridas de acordo com regras sábias, permitiram-lhes dispor, segundo se diz, de receitas anuais que hoje equivaleriam a uns 180 milhões de dólares e ter uma reserva de uns 80 milhões; só o Império de Bagdá possuía uma riqueza semelhante. A cobrança das receitas, sob a responsabilidade conjunta dos funcionários e do clero, e o controle da economia foram levados quase tão longe como nos modernos

estados totalitários. Em comparação com a anarquia e a deliquescência do poder exibidas no Ocidente, esta ordem e este rigor são impressionantes.

Bizâncio tornou, pois, a encontrar a sua glória no tempo dos macedônios. O seu comércio, agora independente da Síria, do Egito, da Etiópia e da Ásia marítima, volta-se para o norte. O Egeu e o Mar Negro pertencem-lhe incontavelmente; por Trebizonda, tem aberto o caminho para a Ásia central e para as Índias; pelos rios russos, chegam-lhe madeiras, peles e escravos; o Adriático, sob seu controle, está em plena prosperidade, e Veneza começa agora a sua magnífica carreira. Os seus exércitos são sólidos, e o sistema de recrutamento dos *themes*, que fornece soldados-agricultores estabelecidos nas fronteiras, garante um excelente resultado. A armada, reconstituída, permitirá em breve uma contra-ofensiva que expulsará os árabes do sul da Itália, de uma parte da Sicília e sobretudo de Creta. Esta renovada autoridade de Bizâncio, que se faz sentir material e politicamente desde as costas da Itália até os planaltos da Armênia, do Danúbio até os confins da Síria, caminha de mãos dadas com uma irradiação moral, intelectual e espiritual paralela à de todas as grandes épocas da humanidade. Há uma verdadeira renascença durante os dois séculos macedônios, de que se beneficiam as artes e as letras. Mais do que nunca, é sob esta dinastia que Constantinopla pode nutrir o sentimento de ser a capital do mundo, a própria cabeça da civilização.

E também o baluarte da fé cristã... porque — ela está profundamente convencida disso — toda essa glória assenta sobre o cristianismo e trabalha para ele, ou, melhor, os interesses de Cristo e os de Bizâncio se identificam. Perante os pagãos e os muçulmanos, não defendem os seus soldados a causa do Evangelho? Não concorrem todos os

trabalhos dos seus sábios, dos seus arquitetos e dos seus artistas para a glória do Todo-Poderoso? O cristianismo parece ter feito causa comum tanto com a consciência popular como com a política dos imperadores — ou, pelo menos, é fácil persuadir-se disso. Defrontamo-nos mais uma vez com esse cristianismo, tão desconcertante para nós, cujas características, nascidas no decorrer das épocas anteriores, não tendem senão a acentuar-se: uma inextrincável mistura de piedade viva e de formalismo, de exigências morais muito altas e de arrebatamentos passionais, uma fé sempre propensa aos excessos tanto no sentido do bem quanto no do mal, um cristianismo de ascetas sublimes, de multidões fanáticas e de prelados políticos. As discussões teológicas, tão violentas nos séculos anteriores, já não agitam tanto as consciências, agora que a autoridade imperial impõe a submissão aos dogmas; mas, depois que se voltou ao culto das imagens, a devoção que o povo lhes presta tornou-se mais viva e mais avassaladora, e não se está longe de tornar a cair nos excessos que determinaram a crise iconoclasta.

Não é necessário dizer que os próprios imperadores se consideram as melhores testemunhas do cristianismo ou, melhor dizendo, a sua encarnação. Mas o cristianismo, tal como o praticam, tem tudo para ser desconcertante. Dificilmente se poderá imaginar uma mistura tão completa de elementos contraditórios. Um Basílio I, por exemplo, que chegou ao trono por uma série de assassinatos e que reina com uma dureza implacável, usa para com os pobres e os humildes de uma doçura e de uma caridade inesgotáveis, verdadeiramente evangélicas. Um Nicéforo Focas hesita entre o convento e o trono, levando durante anos a vida de um monge soldado; depois, subitamente apaixonado por aquela que lhe permitiu cingir a coroa, entrega-se

já quinquagenário aos prazeres da carne com o ardor de um adolescente.

Algumas destas figuras imperiais encontram-se à beira da neurose mística, como por exemplo Teófana, a formosa esposa de Leão VI que praticava a ascese com um tal frenesi que, à parte as cerimônias oficiais em que tinha de usar vestidos de gala, só se apresentava diante do marido coberta de andrajos e só lhe oferecia por cama uma esteira no chão e por alimento legumes e água. Não é necessário dizer que esse cristianismo cheio de contrastes anda acompanhado dos desbragamentos sexuais e das crueldades de que Bizâncio sempre foi palco. Será um representante de Cristo esse basileu que, via de regra, se casa três ou quatro vezes, divorcia-se outras tantas e torna a casar, e que traz as amantes ao próprio palácio? Será um representante de Cristo esse vencedor terrível, Basílio II, que, depois de ter capturado quinze mil búlgaros mandou cegá-los a todos, com exceção de cem privilegiados — aos quais foi vazado apenas um dos olhos para que pudessem conduzir os outros infelizes para a sua terra?

E no entanto estes imperadores macedônios, em cuja conduta tanto haveria a criticar do ponto de vista cristão, foram verdadeiramente defensores da fé e arautos do Evangelho, empenhando-se numa ação que foi decisiva. O iconoclasmo, vencido no tempo da imperatriz Teodora, em 843, não voltou a manifestar-se à luz do dia; subsistiu apenas em círculos clandestinos, sobretudo nas províncias longínquas, onde coincidia com ambientes hostis ao autoritarismo imperial. Quando apareceu na Ásia Menor uma nova heresia — ou antes, um ressurgimento do antigo dualismo iraniano encarnado no maniqueísmo —, a heresia *paulician*, os imperadores, principalmente Basílio I, esmagaram-na com tal energia que a suprimiram radicalmente². Ao mesmo

tempo, com a ajuda que prestaram aos missionários e com as lutas que travaram contra os muçulmanos, estes basileus ajudaram poderosamente a Igreja, essa Igreja vigorosa e empreendedora que eles serviam ao mesmo tempo que dela se serviam.

A conversão dos eslavos

Um dos fatos principais que se devem à influência de Bizâncio é a conversão dos eslavos e dos povos a eles assimilados, e esta conversão é tanto mais considerável quanto vai coincidir com a saída destes grupos étnicos da nebulosa bárbara original e a sua entrada na civilização.

A massa eslava, que a partir do século III inundara a grande planície russa, havia esboçado durante quinhentos anos um gigantesco movimento duplo de invasão: para o oeste, chegara até ao Elba e ocupara a Boêmia, e para o sul, tinha impregnado as etnias asiáticas da Bulgária, quase chegando a absorvê-las, e penetrara nos Bálcãs; para leste, o núcleo compacto do eslavismo estendia-se do Valdai até ao Dniepr e do Volga até ao Duína. No último terço do século IX, havia três Estados eslavos importantes: a Bulgária, rival de Bizâncio; a Morávia, que a invasão húngara começava a dividir em dois grupos, o da Boêmia e o da Iugoslávia; e por fim — principalmente — a Rússia, que estava destinada a crescer consideravelmente. Este último Estado, ao que parece, resultara da conquista das grandes povoações eslavas por um bando de escandinavos varegos — os *russ* —, que se tinham instalado solidamente em duas capitais: Novgorod ao norte e Kiev ao sul. No decurso do século X, enriquecidos com o hábil comércio que tinham sabido estabelecer do Báltico até ao Oriente bizantino, os príncipes de Kiev adquiriram

notável importância e fizeram dos seus domínios um dos grandes centros de civilização do continente.

Era, pois, natural que a Igreja se interessasse por estes povos ainda bárbaros. Vimos que havia muito tempo começara já um trabalho esporádico de evangelização com base nas relações comerciais e no regresso às suas terras das tropas auxiliares eslavas³. Mas foi sobretudo a partir de Carlos Magno e dos seus sucessores que a penetração nessas zonas passou verdadeiramente a fazer parte do programa da Igreja, e tanto o Ocidente como o Oriente se interessaram por isso simultaneamente. Carlos Magno, que conquistara a Panônia e a Croácia, não perdera tempo em enviar missionários para lá, e encorajara também o envio de evangelizadores aos confins da região que viria a ser a Polônia. Por outro lado, Bizâncio, cujas relações militares, diplomáticas e bem cedo comerciais com os países eslavos iam sempre em aumento, mandou para lá os seus padres e os seus monges. Houve regiões em que esta rivalidade entre o Oriente e o Ocidente cristãos deu lugar a resultados nefastos que ainda hoje permanecem, como por exemplo entre os eslavos do sul, onde a metade croato-dálmata se ligou a Roma e a metade sérbio-montenegrina entrou na esfera de Bizâncio. Mas, se, por vezes, as consequências foram danosas, é preciso também reconhecer que essa rivalidade despertou santas emulações.

O primeiro país eslavo ganho para Cristo foi a Morávia, a atual Checoslováquia, que em começos do século IX estava em pleno desenvolvimento. Comerciantes gregos e venezianos, bem como missionários francos vindos de Ratisbona e de Passau, tinham levado para lá a semente evangélica. Em 845, catorze príncipes checos fizeram-se batizar por sacerdotes do Ocidente, e em 852 o concílio de Mainz falava

da “cristandade ainda semisselvagem da Morávia”; ao mesmo tempo, porém, continuavam a chegar monges gregos, o que já era excessivo. Em 846, subiu ao trono da Boêmia o príncipe Katslav, que Luís, o Germânico ali colocara na esperança de assim controlar esse perigoso Estado vizinho. Mas, mal se instalou, o novo rei não teve senão uma ideia: libertar-se do domínio germânico. Como já estava batizado, julgou com muita clarividência que a maneira como se fizesse a conversão do seu povo teria grande importância quanto à sua política. Dirigiu-se primeiro a Roma, pedindo que lhe enviassem missionários italianos que falassem a língua dos seus — o eslavo —, mas não pôde ser atendido, e voltou-se então para Bizâncio. Em 862, uma embaixada morávia chegou ao palácio do basileu, que era o tristonho Miguel III, mas ao pé do qual se encontrava o inteligente patriarca Fócio. Este compreendeu imediatamente que era uma excelente ocasião para adiantar-se à Sé Apostólica romana, com a qual as relações começavam a ficar tensas, e conseguiu que se desse uma resposta favorável ao pedido do príncipe boêmio.

Dois homens foram encarregados de levar o Evangelho à Morávia, dois irmãos, Constantino — que tomaria o nome de *Cirilo* — e *Metódio*, dos quais sobretudo o primeiro era de uma inteligência notável. Nascidos em Tessalônica, onde os eslavos eram numerosos, ambos falavam fluentemente a língua desse povo. Constantino tinha revelado ainda jovem os seus eméritos dons quando se desincumbira de uma missão semi-diplomática e semirreligiosa junto dos *khazares* do Baixo Volga e do Dniepr. Visivelmente abençoado por Deus, tivera a feliz sorte de encontrar em Quersoneso, quando por lá passara, os restos do grande papa São Clemente, que ali morrera exilado. Mostrou as suas eminentes qualidades no cuidado com que preparou a sua campanha de

evangelização: como os morávios não tinham um alfabeto apropriado para transcrever a sua língua, Cirilo criou um, combinando o grego com elementos do hebreu e do copto, e daí nasceu o alfabeto *glagolítico*, antepassado do alfabeto russo. Com esta nova grafia, preparou a tradução dos principais textos da liturgia, a fim de poder ser compreendido por aqueles a quem se dirigia.

Chegados à Morávia em 863, os dois irmãos não tiveram um trabalho fácil. Os missionários latinos, ou melhor, germânicos, não estavam dispostos a facilitar-lhes a tarefa, e como os carolíngios da Alemanha intervinham constantemente pela força nas questões do país, os contragolpes eram sempre perigosos para Cirilo e Metódio. Apesar de tudo, e graças ao seu conhecimento da língua, fizeram rápidos progressos e as massas populares começaram a batizar-se. Os ocidentais inquietaram-se e, como o uso litúrgico do eslavo lhes parecia blasfemo, denunciaram os seus concorrentes ao papa como perigosos hereges. Em 868, quando os dois irmãos esperavam em Veneza um barco que devia conduzir a Bizâncio alguns dos seus discípulos a fim de serem ordenados — os irmãos não eram bispos —, receberam do papa Nicolau I um convite para virem prestar esclarecimentos. Mas levavam na sua bagagem o mais belo presente que se podia dar a um papa — os restos mortais de São Clemente —, e tudo se arranjou. Adriano II autorizou-os a celebrar a Missa em eslavo, e quando Metódio regressou sozinho, pois Cirilo morrera santamente em Roma, foi já com o título de arcebispo e com jurisdição sobre uma diocese bastante extensa, que cobria toda a Checoslováquia e pouco mais ou menos a atual Iugoslávia.

Os últimos anos de Metódio não foram, no entanto, mais tranquilos. Novamente criticado pelos prelados alemães, preso, vergastado e constantemente acusado em Roma de

ser herege, chegou a ser desautorizado pelo papa João VIII que, mal informado, lhe ordenou que não usasse o eslavo senão em sermões e nunca na liturgia. Mas o corajoso missionário suportou o embate; quando morreu, em 884, toda a Morávia era cristã. Depois que Metódio desapareceu, a influência germânica tornou a prevalecer na região, os discípulos dos missionários foram expulsos e refugiaram-se na Bulgária, e as cristandades nascidas dos dois apóstolos voltaram-se para o Ocidente, ficando assim definitivamente ligadas a Roma. Mas não podemos, sem cometer uma injustiça, deixar de prestar homenagem a estas santas memórias: se a Boêmia veio a ser o principal baluarte cristão na Europa central, isso se deve, sem sombra de dúvida, a Cirilo e a Metódio, os dois santos bizantinos.

Quando os discípulos dos dois apóstolos da Morávia chegaram à Bulgária, encontraram ali uma cristandade já vigorosa. Vinte anos antes, o rei Bóris, ao verificar os progressos que o Evangelho fazia entre os seus, e vendo a influência de Bizâncio sobre o seu povo, compreendeu que o seu reino não podia ser uma ilha de paganismo rodeada de populações cristãs. Fez-se, pois, batizar em 863 ou 864, e no seu ardor de neófito bárbaro obrigou a nobreza a imitá-lo, se bem que à custa de umas quantas execuções capitais. Mas, receando que a conversão colocasse o seu reino sob o controle de Bizâncio, pediu ao patriarca Fócio, num lance de habilidade política, que pusesse à frente da igreja búlgara um patriarca independente. O hábil prelado respondeu-lhe evasivamente, substituindo as esperadas promessas por belas páginas de especulação metafísica.

Bóris voltou-se então para o papa Nicolau I, pedindo-lhe o mesmo favor e formulando-lhe inúmeras perguntas sobre pontos que o preocupavam: se o Batismo o impedia de usar

as calças nacionais, se podia continuar a arvorar a cauda de cavalo que constituía o seu estandarte, se podia ter várias mulheres, etc. Nicolau I respondeu-lhe com tanta habilidade, prometeu-lhe com tanta boa vontade um arcebispo e enviou-lhe tantos bons livros latinos que Bóris expulsou imediatamente do seu reino os missionários de Bizâncio.

Infelizmente, esta política, que poderia ter ligado os búlgaros a Roma, não teve seguimento: Adriano II recusou-se a criar o patriarcado. Furioso, Bóris enviou uma embaixada a Bizâncio para oferecer-lhe o reatamento da Bulgária à sua sé, o que teve lugar em 870. Quando Fócio, nove anos mais tarde, quis que o papa João VIII⁴ o confirmasse no patriarcado, dispôs-se a abandonar os búlgaros, mas o rei Bóris resistiu; os sacerdotes latinos foram expulsos e substituídos pelos gregos. A nova cristandade tornou-se pois, definitivamente bizantina de religião e de cultura.

Subsistia, porém, um pequeno problema: o da língua litúrgica. No momento em que os discípulos de Cirilo e Metódio ali chegaram, passaram a aplicar a técnica dos seus mestres, pregando em língua eslava e celebrando os ofícios nesse idioma. Organizaram um novo alfabeto, o *cirílico*, antepassado do búlgaro, e Bóris compreendeu imediatamente que aí se encontrava o meio ideal de conciliar a sua ligação espiritual com Bizâncio e o seu afã de independência, e apoiou imediatamente essa iniciativa, que iria rematar a eslavização do elemento asiático original. O seu filho mais novo Simeão levou adiante essa política: feito *czar*, isto é, “césar”, imperador, empenhou-se em fazer reconhecer a “autocefalia” da sua igreja, cujo chefe foi o arcebispo de Ócrida. Mesmo quando as terríveis vitórias de Basílio II anexaram a Bulgária ao Império, no limiar do século X, manteve-se intacta a independência religiosa, ao menos nominalmente. Impregnada de cultura bizantina, mas eslava

na liturgia e nos ritos, a cristandade búlgara desempenhará futuramente o papel de traço de união entre Bizâncio e os povos eslavos, concretamente os sérvios, convertidos entre 870 e 890, e os russos, entre os quais o Evangelho triunfará no dobrar do ano mil.

As primeiras relações dos russos com Bizâncio haviam sido pouco felizes. Uma frota dos seus barcos atacara a capital em 861, servindo-se da estratégia típica dos normandos, e foram necessários toda a energia do patriarca Fócio e um milagre da Virgem de Blachernas para repelir os invasores. Mas este primeiro contato, por mais desagradável que tivesse sido, não impediu o estabelecimento de algumas relações, e pouco depois uma missão partia para Kiev, dando origem a um núcleo de batizados. Em princípios do século X, as relações com os russos eram tão numerosas quanto complexas. Por um lado, o Oriente comerciava assiduamente com eles, valendo-se dos grandes eixos formados pelos seus rios; por outro, surgiam incidentes guerreiros, como o fracassado ataque do príncipe Igor contra Constantinopla, em 941. Nada disto impediu que as influências cristãs penetrassem em diversas cidades russas, aqui como na Morávia através dos missionários latinos e gregos.

Em 945, a princesa Olga, viúva do príncipe Igor, aderiu abertamente ao cristianismo. Terá sido batizada segundo o rito grego ou segundo o latino? Não se sabe. Com intenções análogas às que tivera o rei Bóris da Bulgária, jogou provavelmente em dois tabuleiros, pois foi batizada em Bizâncio, mas pediu missionários ao imperador germânico Otão I. Num país imenso como esse, onde o paganismo estava ainda extremamente vivo, a penetração do Evangelho não foi fácil. As resistências deveriam ser grandes pelo menos durante meio século. Os sacrifícios humanos continuaram a ser praticados, e não foram poucas as vezes

em que os missionários tiveram de fazer as malas. Foi somente por volta do ano mil que o cristianismo começou a ser praticado de forma sistemática, graças à energia — terrível — de *Vladimir*, neto da princesa Olga.

Curiosa figura de apologeta do Evangelho, este gigante sensual, este soldado feroz, que havia de morrer com o burrel de penitente e que seria celebrado pela sua caridade e mansidão! Vladimir foi no mais alto grau o representante desse cristianismo russo cheio de inesgotáveis contradições e em que sempre coexistiram, levadas ao extremo, a fé viva e a complacência com o pecado. Quando ainda era pagão e cuidava mais de batalhas⁵ e de mulheres do que de orações, recebera uma grande lição de sua avó Santa Olga, uma lição que não haveria de esquecer: a de que era indispensável tornar-se cristão para estabelecer relações úteis com “a cidade amuralhada de Deus”. Uma lenda célebre conta que mandou trazer à sua corte representantes de todas as religiões, mesmo maometanos, e enviou a toda parte embaixadores para que vissem todos os tipos de igrejas. Os delegados mais persuasivos foram os gregos e, por sua vez, os mensageiros enviados a Bizâncio foram de longe os mais entusiastas. “Julgávamos estar no Paraíso”. É certamente uma lenda, mas revela o estado de espírito que lhe deu origem.

Convertido em 987, Vladimir não descansou enquanto não conseguiu a mão de uma princesa “porfirogeneta”, Ana, irmã do basileu. Com ela, a influência bizantina instalou-se definitivamente na Rússia. Construíram-se cidades fortificadas, igrejas de cúpulas douradas à moda do Oriente, e o clero bizantino forneceu os primeiros quadros às novas cristandades. Quase todos os escritos importados eram gregos, principalmente obras de São João Damasceno. Levada a cabo precisamente no momento em que a

ruptura entre Bizâncio e Roma ia tornar-se definitiva, a ligação espiritual da Rússia com a dissidente Igreja “ortodoxa” do Oriente viria a ser de suma importância: oneraria toda a história do cristianismo.

Essa ligação, no entanto, não chegou à dependência. Em contato ininterrupto com a Morávia e a Bulgária, as cristandades russas compreenderam as vantagens que a liturgia eslava lhes oferecia. Quando a Grande Morávia sucumbiu aos golpes dos húngaros e a Grande Bulgária aos de Basílio II, numerosos refugiados instalaram-se na Rússia, levando consigo as suas liturgias eslavas, e quando o grande príncipe Jaroslav unificou firmemente os territórios russos, entre 1019 e 1054, encorajou essa tendência. A partir daí, o cristianismo russo tomou a sua forma definitiva, bizantina pela filiação espiritual e eslava nos seus elementos exteriores. E assim permaneceu.

Em resumo, foi devido aos esforços de Bizâncio que se conquistaram para o Evangelho essas imensas massas humanas, e o historiador da Igreja não pode deixar de mostrar-se reconhecido. Mas deverá fazê-lo sem reservas? Num livro célebre⁶, o mais ecumênico dos autores russos, Vladimir Soloviev, lança um vivo descrédito sobre as origens bizantinas do cristianismo russo. Observa muito justamente que a adesão à igreja grega colocou a Rússia, desde as origens da sua vida nacional, fora do quadro histórico em que a Igreja católica forjava a civilização ocidental — a Europa. Por outro lado — a lenda de São Vladimir é bem verdadeira neste ponto —, o cristianismo russo recebeu de Bizâncio os seus piores defeitos, isto é, assimilou-lhe sobretudo o sentido artístico, a pompa, os elementos superficiais, que não eram capazes de penetrar profundamente na antiga alma pagã. Nem os bispos bizantinos, mais funcionários do que pastores, nem os monges bizantinos, inteiramente isolados do

mundo e hostis à grande ideia da cultura, podiam desempenhar o papel que os bispos e os monges desempenharam no Ocidente. Todas as características do cristianismo eslavo têm aqui o seu ponto de partida.

Por volta de 1054, no momento em que o príncipe Jaroslav morria e a Europa rumava para a Idade Média, a Rússia cristã oferecia dois traços salientes: “uma igreja que atraía os fiéis pelos esplendores místicos do seu culto, mas que não dava outro ensinamento a não ser o oferecido pelas fórmulas rituais na sua belíssima versão eslava, e um ideal monástico colocado bem acima da vida quotidiana”, isto é, desprovido de eficácia.

Mas, feitas estas reservas, nem por isso é menos verdade que, ao batizar os eslavos, Bizâncio realizou uma tarefa da maior importância. Não se deve esquecer que, depois da invasão muçulmana levada a cabo três séculos antes, a cristandade tinha perdido territórios imensos; que, no momento em que os missionários gregos levavam a cabo a sua obra, a Espanha cristã arquejava sob o domínio de Abd-er-Rhaman III e depois do vizir Almançor, e a liberdade estava reduzida a uns pobres e pequenos reinos nas montanhas; que na África do norte chegava ao seu desenlace a agonia das suas antigas e gloriosas igrejas, e que na Síria tanto os sobreviventes da hierarquia cristã, praticamente submetida aos funcionários do islã, como os cristãos livres se viam obrigados a passar para a clandestinidade. A conquista de novos domínios foi, portanto, uma compensação providencial para o cristianismo. Não foi em vão que a tantos desabamentos e ruínas correspondeu o surgimento e a elevação dos príncipes cristãos de Kiev, aos quais todos os reis da Europa sonharão unir o seu sangue. O Oriente cristão, despedaçado e diminuído na época precedente, refazia-se com esta expansão. A Bizâncio o mérito!

As cruzadas bizantinas

Os grandes imperadores macedônios não se contentaram com a compensação que a evangelização dos eslavos dava ao cristianismo. Recusaram-se a aceitar como fato consumado as anexações feitas pelos muçulmanos em terras batizadas e, num estado de espírito de verdadeira fé, que já prenuncia o dos nossos cruzados, opuseram-se ao mundo muçulmano com uma coragem e uma tenacidade admiráveis. O século X foi o da epopeia bizantina, e nela brilharam grandes nomes.

Os últimos vinte anos da dinastia isauriana tinham assistido à suspensão da ofensiva islâmica contra Bizâncio. O último ataque sério havia sido o de 845; os muçulmanos tinham tomado Ancira, e o cerco de Amório dera azo a um episódio sublime: o sacrifício de quarenta oficiais superiores gregos que, feitos prisioneiros e tendo-lhes sido oferecida a salvação se abjurassem Cristo, preferiram morrer à imitação dos soldados de Gaza, duzentos anos antes. Mas o sangue destes mártires fez virar a sorte. Em 858, a armada bizantina — que os árabes consideravam fora de jogo — devastou a cidade de Damietta, no Egito, e, em 863, um exército islâmico que se aventurara longe demais no planalto de Paflagônia foi surpreendido e massacrado por um dos generais de Miguel III.

Nada disso, porém, era razão para dormir sobre os louros. Embora parcialmente conjurado, o perigo muçulmano continuava a mostrar-se sempre temível. Não era esta a época em que, estabelecidos no sul da Itália, na Dalmácia e depois (em 870) em Malta, os sarracenos procuravam transformar o Mediterrâneo num lago islâmico? Não era ainda esta a época em que o imperador carolíngio Luís II batalhava ferozmente contra os infiéis, e o velho

papa João VIII propunha a Bizâncio a coligação das duas partes da cristandade contra esse inimigo?⁷. O mérito da dinastia macedônia foi compreender quais eram as suas responsabilidades de cristãos neste ponto, assumindo-as plenamente.

É preciso dizer que a situação interna do mundo muçulmano, que se desagregava a olhos vistos, muito os ajudou nesta tarefa. A dinastia dos califas abássidas entra em decadência a partir de 861, e já não conserva sob a sua autoridade senão Bagdá e o Iraque; ao mesmo tempo, fundam-se nas províncias dinastias teoricamente submetidas a eles, mas na verdade autônomas. Na África, os fatimidas, descendentes diretos da filha de Maomé, tornam-se inteiramente independentes em começos do século X, tomam a Sicília e avançam em direção ao Egito, que ocupam em 969. Na Espanha, onde fatimidas e abássidas se enfrentam duramente, uma terceira dinastia reivindica os seus direitos: a antiga família dos Omíadas, que afirma ser a única legítima; há, portanto, na península ibérica três soberanos que se dizem igualmente sucessores do profeta e chefes dos crentes.

No que havia sido o imenso e poderoso império do islã, reina agora a anarquia. Também os fatimidas veem desmembrar-se rapidamente os seus estados, entre os quais a Argélia e o Marrocos, que se decompõem em pequenos principados berberes, e a Síria que sacode o jugo dos califas do Cairo. Entre os abássidas, subsistem a perpétua guerra civil, as rivalidades de famílias e a revolta dos povos submetidos. Por volta do ano mil, o império maometano não é mais do que uma pálida sombra do que fora, enxameada de elementos estrangeiros, berberes, negros, asiáticos e até eslavos, um corpo esgotado e amadurecido para o golpe mortal que os seus novos agressores, os turcos, lhe vão desferir.

A cruzada bizantina não começou efetivamente senão em 924, com o imperador *Romano Lecapene* (919-944), usurpador que Constantino VII tivera a sabedoria de associar ao trono. Antes dele, Basílio I, excessivamente ocupado, só pudera fechar com fortalezas as vias de acesso das incursões árabes e destruir os hereges paulicianos, que muitas vezes serviam de precursores aos muçulmanos. O perigo do islã continuava a ser temível, como se vira nesse triste dia de julho de 904 em que Tessalônica fora tomada por uma esquadra vinda da África, a sua população quase totalmente massacrada, e os sobreviventes — vinte e dois mil jovens de ambos os sexos — vendidos em Creta e Trípoli nos mercados de escravos. Obrigado a assinar uma paz pouco honrosa em 927, porque a ofensiva contra a Bulgária do czar Simeão diminuía muito a força do Império, Romano Lecapene voltou-se finalmente para os muçulmanos e lançou a grande ofensiva por volta de 940.

Desde então, não houve ano em que, na terra ou no mar, o gládio bizantino não ferisse alguma parte do corpo islâmico. Soldado rude, ajudado por bons chefes — como o armênio João Kurkuas, que foi chamado “outro Trajano” —, Romano soube utilizar harmoniosamente os recursos da diplomacia e da estratégia. Ao mesmo tempo que se aliava à Armênia e à Ibéria, causando graves dificuldades aos califas nessas regiões, desembaraçava as fronteiras por meio de manobras audaciosas, conduzia as tropas gregas para o alto Tigre e alto Eufrates, e esboçava assim pelo nordeste um vasto cerco às terras ocupadas pelos árabes na Ásia Menor. O incêndio da armada tripolitana na baía de Lemnos, a tomada de Erzerum, o rápido cerco e a destruição de Melitene foram os feitos de armas mais brilhantes deste período. Bizâncio readquiriu a esperança.

Mas todos esses êxitos não passaram de um prelúdio de que Romano não pôde tirar todas as consequências, pois o seu reinado esteve minado pelas intrigas de palácio, que acabaram por quebrar-lhe a resistência. A situação manteve-se confusa por quase vinte anos, durante o fim do reinado de Constantino VII, bom letrado mas soldado medíocre, que se preocupou mais de escrever um manual de etiqueta — o *Livro das Cerimônias* — do que de combater; e o mesmo aconteceu no reinado de seu filho Romano II, ainda muito novo. Este último pelo menos teve o mérito de entregar o poder a um homem de valor, José Bringas, um eunuco em quem paradoxalmente refulgia o vigor de um cruzado. Nas fronteiras muçulmanas, as tropas, bem treinadas, só queriam entrar em combate. Tinham por chefe um grande soldado, *Nicéforos Focas*, hábil e infatigável. O eunuco confiou-lhe a luta contra o islã.

Começou então uma sequência de anos extraordinários, dignos dos mais ilustres da história romana. O primeiro objetivo, Creta — que era necessário tomar a todo o custo, a fim de tirar aos piratas sarracenos as suas bases e libertar o Mar Egeu —, foi reocupada em 961, mas Candia somente caiu depois de um terrível cerco de oito meses. Depois, sem interrupção, pulando por todo o continente, Nicéforos Focas tomou Tarso, atravessou de um só fôlego as passagens do Tauro, precipitou-se sobre a Cilícia, lançando através do império muçulmano colunas móveis que semeavam o terror e trazendo nas suas bagagens uma preciosa relíquia — um pretenso retrato de Cristo, que passava por milagroso. Detido um momento por exigências da política interna e obrigado a deslocar-se para Bizâncio, de onde regressou imperador e casado — com Teófana II, a encantadora viúva de Romano II⁸ —, recomeçou sem demora as suas ofensivas.

A ilha de Chipre, perdida para os europeus desde o século VII, tornou-se cristã. A Síria, varrida pelas incursões bizantinas, começou a sacudir o jugo do islã. No outono de 969, vingando séculos de vergonha, Nicéforo Focas restituía à cristandade uma das cidades que ela mais trazia no coração: Antioquia. Se pensarmos que o imperador, levando adiante a política inaugurada pelo papa João VIII, intervinha ao mesmo tempo na Itália do sul e tentava expulsar os muçulmanos da Calábria, vendo-se por outro lado constantemente ameaçado pelas complexas intrigas do imperador germânico e dos príncipes lombardos, bem poderemos medir a sua estatura. Até onde teria ido a sua cruzada se, alguns dias depois da tomada de Antioquia, este soldado heroico não tivesse sido vítima da traição de uma mulher? Foi assassinado por outro general, João Tzimiscés, seu rival em glória, que a volúvel Teófana fizera seu amante.

Senhor do Império e do coração dessa formosa e perturbadora mulher, e tutor dos dois príncipes menores, o novo basileu só teve um fim em mira: retomar os desígnios do seu predecessor. A situação, porém, vinha piorando. A dinastia tunisina dos fatimidas acabava de ocupar o Egito, e as suas tropas, infinitamente mais sólidas que as dos infelizes abássidas, estavam-se instalando na Palestina e no litoral libanês, e em 974 Beirute era retomada aos bizantinos. Mas esses mesmos ataques não fizeram senão reforçar a determinação de João Tzimicés. Desprezando as ameaças dos califas de Bagdá, partiu em direção aos Lugares Santos. Em Bizâncio, onde não demoraram a chegar as notícias das vitórias, o espírito estava todo na cruzada: rezava-se, dava-se dinheiro, recrutavam-se voluntários para irem libertar o Santo Sepulcro. Caiu Damasco, onde o governador turco, Aftekin, rebelado contra o califa do

Cairo, se rendeu de um modo tão complacente que chegou a correr o boato da sua conversão ao Evangelho. Por Babilônia e pelo seu célebre desfiladeiro, o exército grego entrou na Palestina.

Havia trezentos e trinta e cinco anos, desde o desastre de Heráclio, que os soldados de Cristo não pisavam o solo sagrado. “Em Nazaré, onde a Virgem Maria ouviu da boca do anjo a Boa-nova, no monte Tabor, onde Cristo Nosso Senhor se transfigurou” — diz um cronista armênio —, as tropas de João misturaram as suas orações com os gritos de vitória, pois Jerusalém parecia-lhes ao alcance da mão. No entanto, o basileu desviou-se da rota. Talvez considerasse indispensável garantir solidamente a costa, e ao longo de vários meses dedicou-se a tomar de assalto, não sem dificuldades, as portas do Líbano. Mas o seu fim último era certamente a tomada da Cidade Santa, pois mandou um recado ao doge de Veneza, proibindo-lhe que continuasse a comerciar com os muçulmanos. Este grandioso desígnio, porém, não seria levado a termo. Durante o inverno de 975, João Tzimiscês adoeceu, provavelmente com febre tifoide, e foi necessário levá-lo com toda a urgência para Constantinopla, onde morreu em janeiro de 976.

Seria possível conquistar os Lugares Santos? Não seria uma empresa prematura? A dinastia macedônia, que cem anos antes das cruzadas do Ocidente esteve prestes a deixar o seu nome ligado a essa glória, acabou por desistir da tentativa. Basílio II, grande soldado, homem de ferro e excelente chefe de Estado e diplomata, que durante meio século (976-1025) assumiu os destinos de Bizâncio, achou preferível estender e consolidar a cristandade para o norte com a dupla conquista da Bulgária e da Armênia. Limitou-se a castigar, por meio de incursões — aliás magníficas — as excessivas audácias dos muçulmanos do Egito. Abandonou

a Palestina e nem sequer reagiu quando, em 1009-1010, o califa Al-Hakim se pôs a perseguir os cristãos, obrigando-os a usar um distintivo infamante, incendiando as igrejas e — supremo sacrilégio — destruindo o Santo Sepulcro. Houve, pelo menos, um resultado que permaneceu: a fronteira, que por volta de 920 seguia a linha do Tauro, de onde as hostes muçulmanas se lançavam através dos planaltos da Anatólia, passou a estar solidamente estabelecida trezentos quilômetros mais ao sul, nos limites da Síria; além disso, o Mediterrâneo oriental tornou-se grego. Os imperadores macedônios prepararam assim as bases de partida para as cruzadas de Godofredo de Bulhões. No fim do período, por volta do ano 1000, aproximadamente, as relações entre gregos e árabes eram até muito corteses, inspirando-se num sentimento de respeito mútuo.

Bizâncio teve, pois, o mérito de ter mostrado o caminho da futura guerra santa. A memória destes feitos viria a sobreviver no mais belo dos poemas épicos que deixou — a *Canção de Digênis o Acrita*, êmula grega da nossa *Canção de Rolando*. Durante muito tempo, mesmo quando o turco maometano arrastar as cristandades para a escravidão, recitar-se-ão nas cidades e aldeias do Oriente as proezas do jovem chefe, do Acrita, do homem sem medo e sem mácula que batalhou durante toda a vida contra o infiel, com um heroísmo sobre-humano. Evocar-se-á a sua beleza, a sua generosidade e a sua delicadeza. Certas melodias, que ainda hoje se cantam no interior da Grécia e até na Rússia, embalarão os corações ternos com a evocação dos seus amores. Todo o prestígio de Bizâncio e todo o esplendor do rito grego hão de encontrar expressão nessas estrofes ardentes. Mais uma vez, a lenda consagrará a realidade.

O cesaropapismo e o clero oriental

Não nos surpreende que a restauração do poder bizantino, a grande obra da dinastia macedônia, tenha reforçado consideravelmente essa espécie de culto de que o basileu fora sempre objeto. É neste período que a etiqueta da corte atinge o apogeu, revestindo de um caráter quase sacramental os menores aspectos da vida do soberano, e que o *Livro das Cerimônias*, escrito sob a direção pessoal de Constantino VII, precisa todos os pormenores, quer se trate de batismos, casamentos, coroações e funerais dos “porfirogenetas”, quer de recepções de embaixadores ou dos mais humildes fatos da existência imperial. Nunca as prosternações, as genuflexões, os beija-pés e os títulos superlativamente laudatórios estiveram tanto em uso. Foram raros, muito raros, os imperadores que ousaram sacudir esse jugo dourado; o rude Basílio II foi quase o único.

O caráter religioso deste cerimonial atingiu também o ápice. A etiqueta acabou por transformar-se numa liturgia. O “Palácio Sagrado” foi declarado “santo como uma igreja”, e mesmo nas épocas em que ali se desenrolavam cenas que eram tudo menos cristãs, nunca se deixou de benzer todos os meses os quartos de dormir e as salas dos banquetes, com grande aparato de ícones, procissões e cânticos. Não se assemelhava o traje imperial, agora fixado pela tradição, ao do clero, com uma longa clâmide branca à maneira de alva e com uma casula rígida debaixo dos bordados de ouro e de pedrarias? E não chegava a enorme coroa, encimada pela Cruz, a evocar a tiara papal?

Tudo isto nos deixa perplexos e inquietos. Que diria o cristão de hoje diante do espetáculo da cerimônia pascal que se desenrolava sob a cúpula de Santa Sofia? Numa representação que tanto tinha de Missa como de teatro, o próprio

basileu fazia o papel de Cristo ressuscitado. Conservava-se de pé e voltado para o povo, enrolado em pequenas faixas de ouro, tendo as coxas envolvidas por um lençol, sandálias douradas nos pés, o cetro com a Cruz numa das mãos e na outra a *akakía*, pequeno saco de púrpura que continha pó do Santo Sepulcro. À sua volta, doze dignitários representavam os doze apóstolos.

Tratava-se de uma montagem cênica? De maneira nenhuma. Era a própria expressão da verdade. Chefe espiritual no sentido completo do termo, o basileu assume pela sagração uma função sacra. É quase sacerdote. “O patriarca — escreve Simeão de Tessalônica — traça a Cruz com óleo santo sobre a fronte do príncipe, em memória dAquele que é o rei do universo e que, à imitação da sua própria unção, o constitui como autoridade sobre a terra”. O seu poder é, portanto, sobrenatural. Quando indica um funcionário para algum cargo, fá-lo em nome da Santíssima Trindade e no uso da “minha majestade que me vem de Deus”. Na realidade, é este soberano hierático quem simboliza o Todo-Poderoso e o representa na terra, ou antes é Deus quem, por trás das nuvens do céu, já não é senão uma forma de reflexo desta personagem refulgente? Não se sabe mais.

Na prática, a quase divinização do basileu provocou, nos dois séculos da dinastia macedônia, uma submissão da Igreja ao trono ainda maior do que a anterior. O “cesaropapismo”, que sempre fora a miséria de Bizâncio, atingiu o auge. Não se devera aos imperadores o triunfo da verdadeira fé no drama das imagens? Em consequência, a Igreja encontrou-se do dia para a noite ainda mais atrelada a eles do que em qualquer outra época. Já não se conseguia distinguir entre o que era religioso e o que era político. Na corte, confraternizavam prelados e eunucos, e nas piores desordens costumavam andar implicados monges ao estilo

de Rasputin, enigmáticos e poderosos. A função mais influente era a do ministro dos cultos, o *sincelo*, intermediário entre o imperador e o patriarca, geralmente designado sucessor deste último; aliás, intervinha em tudo e por tudo. Era uma situação bem diferente da do Ocidente, onde os imperadores, mesmo nos momentos em que fiscalizavam de perto a Igreja e se imiscuíam indiscretamente nos seus assuntos, reconheciam nela uma autoridade exterior à sua e diante da qual muitas vezes se viam obrigados a arriar a bandeira. Em Bizâncio, porém, a Igreja e a Coroa são literalmente a mesma coisa. A sagração não cria o imperador: reconhece um estado de fato, estabelecido pelo direito de nascimento, pelo direito da força ou por um acordo entre o povo e os nobres. Diante disso, perguntamo-nos que poder seria capaz de contrabalançar tal cesaropapismo.

O do patriarca? Era um poder que certamente existia, e que chegava a ser considerável. Aliás, na prática havia apenas um único patriarca. Uma vez que os de Antioquia, Alexandria e Jerusalém residiam *in partibus infidelium*, à mercê da cólera de qualquer emir, havia um só, o de Constantinopla, que fingia de papa do Oriente. Era ele quem sagrava o imperador e quem recebia deste o juramento ritual de ser fiel aos dogmas e de velar pela verdadeira fé. Dispunha de propriedades imensas, espalhadas por toda parte no Império, o que lhe assegurava uma clientela ilimitada; ao mesmo tempo, o exército dos monges, empenhados em defender a sua autonomia contra a autoridade dos bispos locais, pretendia não depender senão dele. Na capital, o seu prestígio era imenso; as instituições reconheciam-lhe direitos políticos, como por exemplo o de intervir em todas as questões que pudessem constituir uma ameaça à ortodoxia — e Deus sabe como era fácil, neste tempo, declará-la em perigo —; o de julgar ou de delegar juízes para todos

os processos capitais; o de participar da regência do Império em caso de menoridade do imperador. Quando era nomeado, prestava juramento de fidelidade ao imperador e de não intrigar contra ele..., mas, em Bizâncio, esse tipo de boas intenções pavimentava o Inferno.

O patriarca teria podido, portanto, representar a independência da Igreja em face do trono, pelo menos em princípio; mas na realidade não foi nada disso. Os imperadores macedônios, que não eram bobos, trataram quanto antes de pôr as mãos nesta perigosa personagem. Desde os começos da dinastia de Basílio I, confiscaram a eleição: se até então o patriarca era designado por uma espécie de conclave de que participavam representantes do clero, do povo e do palácio, a partir de agora os metropolitas, reunidos em Santa Sofia na presença do *sincelo*, propunham três candidatos, e se algum deles agradava ao basileu, era sagrado; caso contrário, o imperador escolhia outro. O patriarca passou a ser, assim, fatalmente um apaniguado do príncipe ou um membro da sua família — por exemplo, o irmão mais novo do basileu, como se viu três vezes —; quase sempre tratava-se de um antigo alto funcionário, como Teodoro Cassiteras, Taraíso, Fócio, Nicolau o Místico, que haviam sido secretários de Estado antes de ascenderem ao patriarcado.

Investidos num cargo religioso, podiam estes homens esquecer os seus antecedentes “laicos”? Na cátedra arquiépiscopal, não continuariam a ser “primeiros ministros” do imperador? Efetivamente, muitos deles, no decurso dos dois séculos macedônios, foram notáveis administradores, chefes inteligentes e enérgicos, mas bem mais homens políticos do que homens de Igreja; os seus desígnios profundos e os interesses que serviam foram muito mais os do Estado bizantino do que os da *Ecclesia*

Mater. Faltou-lhes aquilo que sempre fez a grandeza do episcopado ocidental e do seu chefe, o pontífice romano: o eminente sentido de uma dependência superior a qualquer laço político, o de uma fidelidade ao universalismo cristão. O erro diagnosticado por Santo Agostinho muito tempo antes atingia o ponto culminante no cesaropapismo bizantino do século X — a confusão entre os dois espíritos, entre as duas *idades*. E não se tardaria a ver os seus funestos resultados.

É quase espantoso observar que, nessas circunstâncias, o clero bizantino não se tenha mostrado mais domesticado do que em qualquer outra época. Aconteceu várias vezes que os patriarcas enfrentavam o imperador, não por graves questões de moral ou de fé, mas a propósito de regulamentos eclesiásticos, aos quais a igreja do Oriente — e isso é eminentemente bizantino — se aferrava com tanto maior força quanto mais esses regulamentos eram da sua própria lavra. Assim, proibia que uma viúva desposasse um viúvo, regra que deu motivo a um violento conflito entre o patriarca e Nicéforo Focas. Proibia também as quartas núpcias — e até as terceiras —, e o imperador Leão VI teve de aprendê-lo às próprias custas: dois patriarcas sucessivos se levantaram contra ele. Em Roma, onde as leis sobre o matrimônio, fiéis aos princípios estabelecidos por São Paulo, não punham quaisquer limites ao casamento de viúvos, seriam impensáveis semelhantes conflitos sobre formalidades desse calibre.

Em contrapartida, confunde-nos a facilidade com que o alto clero bizantino concordou em abençoar uniões que tinham — notoriamente — como base o crime e o adultério, e em sagrar imperadores que só tinham chegado ao trono graças ao punhal e ao veneno. As prosternações dos patriarcas diante de um João Tzimiscés, depois da cena

de carnificina que foi o assassinato de Nicéforo Focas — para não citar senão um exemplo —, não nos parecem nada edificantes, bem como as suas bajulações a essa Teófana que trocava de homem com tão graciosa desenvoltura, ou a essa Zoé, uma das últimas grandes basilissas da dinastia, cuja carreira matrimonial multiplicou os escândalos e que, já cinquentenária, quis que fosse solenemente abençoada a sua união com um amante de vinte anos. Há, assim, sinais de uma submissão excessivamente evidente ao poder, e um dos mais terríveis exemplos que se pode apresentar deste envolvimento do alto clero na política é o de um arcebispo que, para desembaraçar o imperador, seu senhor, de um inimigo que o incomodava, aproveitou a Sagrada Comunhão para dar a esse homem uma hóstia envenenada.

É preciso notar aqui um fato cuja importância foi considerável. No Ocidente, a Igreja não esteve certamente isenta de faltas nem de erros, mas no seu seio existia uma espécie de reserva espiritual sempre apta a reformá-la: o monaquismo. Como já vimos diversas vezes, a influência dos monges foi decisiva para impedir que a cristandade cedesse às inclinações demasiado humanas. No Oriente, pelo contrário, para fazer face aos perigos do cesaropapismo — os piores de todos —, os monges não estavam em medida nenhuma capacitados para desempenhar esse papel. A querela das imagens fizera com que eles se encerrassem mais do que nunca nos seus conventos, unicamente preocupados com as suas orações e especulações místicas. Os monges gregos dos séculos IX e X, muito diferentes dos dos séculos VI-ou VII, não se interessavam pela política, não se deixavam ver e estavam efetivamente mortos para o mundo. São Teodoro chegou a proibir os seus de manterem qualquer conversação com os leigos. Fugir da sociedade para

“salvar-se” tornara-se o lema da vocação monástica, lema imposto pelo *Stoudion*. Daí a pouca vontade que mostraram de intervir entre os homens, de organizar os estudos ou mesmo de conservar os elementos da cultura — coisas que os beneditinos fizeram tão bem. Essa atitude contribuiu certamente para a esclerose da igreja oriental e deixou o cesaropapismo sem nenhum contrapeso.

A ingerência excessiva do poder imperial na Igreja foi sem dúvida, em última análise, o que levou ao doloroso conflito no decurso do qual os cristãos deixaram “de estar unidos como o Pai e o Filho estão unidos”. O apogeu da dinastia macedônia — e do cesaropapismo — coincide com esse momento da história ocidental em que o desmoronamento do Império carolíngio havia trazido consigo uma revivescência do poder pontifício e das prerrogativas romanas; o pontificado de Nicolau I e a repercussão das falsas decretais são sinais desse fato; e também no Oriente, se a derrota do iconoclasmo tinha sido uma vitória imperial, a firme atitude tomada pelo papa ao longo de toda essa questão aumentara o seu prestígio. Não seria fatal um conflito entre os dois poderes? Não há dúvida de que as formas eram sempre respeitadas e a autoridade da Sé romana não era deixada de lado: os clãs monásticos invocavam-na nas suas discussões, e o mesmo fez o imperador Leão VI, quando se viu a braços com a questão da sua quarta esposa; o patriarca continuava a informar o papa sobre a sua eleição, antes de ser sagrado, e os concílios eram quase sempre presididos por um legado pontifício. Mas, no fundo, a oposição era tão essencial que, mais dia menos dia, teria de explodir. É portanto dentro desta perspectiva que devemos compreender os episódios das confusas lutas que viriam a desembocar no cisma grego.

O caso Fócio

Tudo começou no fim da dinastia isáurica, por ocasião de uma dessas discussões sobre a legitimidade de certa eleição patriarcal como houve tantas na história de Bizâncio.

Inácio, o patriarca, apaniguado da piedosa imperatriz Teodora — a mesma que restabelecera o culto das imagens —, escondia sob uma aparência reservada uma tempera de ferro, e a mansidão, o talento diplomático e mesmo o discernimento não constituíam certamente as suas qualidades mestras. Nessa época, corriam boatos desagradáveis — que talvez não passassem de ditos caluniosos — sobre o comportamento do jovem basileu Miguel III: dizia-se que chamava aos seus companheiros de orgia “meus bispos e meus patriarcas”, e que se divertia provocando distúrbios nas procissões quando estava embriagado. Também andava na boca do povo a reputação de Bardas, tio do príncipe e ministro todo-poderoso que mantinha uma ligação escandalosa com a própria nora.

Inácio, homem reto mas pouco experiente, não hesitou em dar crédito a esses boatos e a fazer ouvir os seus protestos, chegando ao ponto de afrontar publicamente o ministro Bardas, pois recusou-se a dar-lhe a Comunhão no dia da Epifania de 858. Foi só o tempo de preparar o contra-ataque e de forjar uma pretensa conspiração em que o patriarca pudesse estar verossimilmente implicado, e já em novembro Inácio se via acusado das desordens verificadas na cidade por ocasião do assunto da Comunhão. Persuadiram-no a pedir demissão, e em dois tempos estava internado num convento do arquipélago dos príncipes. Não era a primeira vez que um basileu contribuía assim para a santificação pessoal de um patriarca, restituindo-o à contemplação e ao

silêncio monástico; mas, neste caso, a queda de Inácio ia ser o ponto de partida de uma crise muito violenta.

O homem designado para substituí-lo chamava-se *Fócio*. Não é fácil fazer um juízo claro deste personagem, que uns exaltariam em excesso e outros vituperariam com profunda sanha. Filho de família nobre, tinha um tio materno que desposara a irmã de Teodora e um tio paterno que fora patriarca. Ainda novo, entrara na alta administração, onde só conhecera êxitos; posteriormente embaixador junto do califa de Bagdá, e mais tarde secretário palatino, foi certamente uma das instâncias mais poderosas da corte. Era, além disso, um espírito enciclopédico, para quem nada do que se referisse às letras, à gramática, à filosofia e à teologia soava a coisa estranha. “Autêntico herdeiro da Grécia clássica — diz Amann —, um filho espiritual de Demóstenes, de Aristóteles, de Lísias e de Platão”. Quanto ao caráter, revelava muita habilidade e esperteza, muita astúcia, aliadas à firmeza de um chefe, firmeza por vezes marcada pelo autoritarismo de um professor. Do ponto de vista religioso, era sem dúvida um homem de fé sincera e um verdadeiro cristão — à maneira bizantina. O enorme partido que apoiava as pretensões cesaropapistas do imperador, e todos aqueles que desejavam um cristianismo mais flexível e mais adaptado às exigências do seu tempo do que o puritanismo rígido de Inácio e dos monges — todos esses viam em Fócio o homem dos seus sonhos.

Teria Fócio aceitado de boa vontade este santo mas pesado encargo? Ele mesmo declarou ter hesitado muito antes de revolucionar assim a sua vida, mas fizeram-lhe ver o papel de pacificador que podia desempenhar entre a Igreja e o trono, e a clara consciência que tinha do seu próprio valor persuadiu-o sem muito esforço de que seria capaz de corresponder àquilo que dele se esperava. É verdade que havia

um obstáculo à sua eleição patriarcal: era um simples leigo. Mas não era inédito o caso de leigos que se tinham tornado bispos, como o grande Santo Ambrósio; além disso, ninguém em Bizâncio se sentia embaraçado por tão pouco. Tonsurado a 20 de dezembro de 858, Fócio recebeu nos quatro dias seguintes os diversos graus do sacramento da Ordem, o que lhe permitiu ser sagrado patriarca no dia do Natal — aliás por um arcebispo que, para cúmulo, tinha sido suspenso e excomungado por Inácio.

Mas as irregularidades pouco representavam; a existência de Inácio era de longe o fator mais incômodo. Por mais que fizessem ao patriarca destituído as mais belas promessas, por mais que lhe tivessem concedido uma espécie de patriarcado honorário, por mais que um concílio dócil e organizado às pressas lhe censurasse a resistência, a situação não melhorou. Rebentou uma agitação antifociana em diversos pontos, especialmente em Esmirna e Neocesareia — cujos arcebispos se declararam favoráveis a Inácio —, e no próprio convento do *Stoudion*, cujo abade teve de ser enviado para o exílio no fundo do Quersoneso. Nada parecia levar à pacificação. Na ilha de Mitilene, para onde o haviam deportado, o velho patriarca — embora regularmente demitido, embora reconhecesse a autoridade de Fócio e não tivesse apelado para o papa nem para qualquer concílio — era o símbolo vivente da oposição ao imperador. Alguns inimigos do basileu, que conspiravam para reconduzir Teodora ao poder e Inácio ao patriarcado, foram presos, e como consequência o próprio ancião foi incomodado pela polícia e por fim posto sob vigilância.

Foi então que o papa resolveu intervir. Todo o patriarca, por ocasião da sua eleição, escrevia aos titulares das outras quatro Sés patriarcais uma carta — a *sinódica* — em que lhes explicava como havia sido escolhido e sagrado, e fazia

a sua profissão de fé. Enviar essa carta aos patriarcas de Antioquia, de Alexandria e Jerusalém, prisioneiros do islã, constituía uma pura formalidade; mas enviá-la a Roma era da maior importância, pois a resposta da Cúria constituía um verdadeiro reconhecimento oficial. Ora, na ocasião em que a sinódica de Fócio chegou à Cidade Eterna, o papa não era outro senão Nicolau I (858-867), uma das personalidades mais firmes que ocuparam a Sé Apostólica nesse tempo, como nos lembramos. Como patriarca entre os patriarcas, não estava disposto a admitir que o seu papel fosse apenas homologar a decisão de Constantinopla; achava que devia exercer o direito de controle que o primado romano lhe conferia.

Por mais hábil que fosse, a carta de Fócio deixava ver muito mais do que a ponta das orelhas. Nicolau I respondeu apenas com um bilhete reservado, e enviou ao basileu Miguel dois legados encarregados de investigar as circunstâncias em que tivera lugar a eleição patriarcal. A carta que esses prelados levavam sublinhava as irregularidades cometidas, e ao mesmo tempo insinuava que seria muito bom que o imperador restituísse à igreja do Ocidente as partes do seu domínio outrora subtraídas por Leão III, o Isáurico. A questão, portanto, levava caminho de azedar. Os dois emissários chegaram a Bizâncio e, quer porque Fócio tivesse conseguido ludibriá-los, quer porque, sobre o terreno, tivessem compreendido melhor a situação e pensado — como bons canonistas que eram — que o reconhecimento pela igreja bizantina do direito pontifício de julgar um patriarca bem valia algumas concessões, ambos tomaram parte num concílio em que não só Fócio foi reconhecido, mas Inácio severamente condenado. Todos, porém, conheciam mal Nicolau I, esse homem intrépido que nessa mesma ocasião enfrentava o senhor do Ocidente, Lotário II^o. Quando

terminou de escutar o relatório dos seus legados, o papa não hesitou um segundo: demitiu-os por terem ultrapassado os seus poderes.

Coincidentemente, chegava a Roma uma delegação de partidários de Inácio — que, por sinal, não a havia enviado —, trazendo todos os documentos sobre o drama e reclamando justiça. Reuniu-se lá um concílio (863), cujas decisões — previsíveis — foram comunicadas a Bizâncio, enquanto os três outros patriarcas eram prevenidos de que o papa se recusava a reconhecer o patriarca bizantino. Transmitiu-se também ao imperador uma condenação formal de Fócio, mas num tom que não deixava entrever qualquer propósito de cortar relações.

Estavam as coisas neste pé quando o conflito assumiu um caráter mais agudo por causa da questão búlgara. A data da querela em torno de Fócio corresponde, efetivamente, àquela em que o rei Bóris se batizou (863-864) e em que teve de optar entre o rito latino e o grego, entre a obediência ao papa — mais longínquo e mais liberal — e a submissão a um vizinho mais próximo e mais inquietante, o cesaropapa do Oriente. Não há, pois, nada de extraordinário em que a escolha do búlgaro tivesse recaído sobre a Sé Apostólica. Quanto ao próprio papado, qual era a sua política neste assunto? No Ocidente, soubera agrupar em torno de si todos os bárbaros — germanos, francos e anglo-saxões —, mas no Oriente sentia-se entravado nesse esforço pelas pretensões de Bizâncio, e muito especialmente pela usurpação do Ilírico, isto é, dos Bálcãs do norte, levada a cabo pelo clero bizantino desde Leão III e cuja restituição era reclamada em vão. Chamar a si os búlgaros seria, pois, lançar uma cabeça de ponte no Ilírico do leste e combater o predomínio oriental no seu próprio terreno. Nicolau I cuidou muito de não perder essa ocasião, e devemos estar

lembrados de que, aproveitando uma falta de habilidade de Fócio, manifestou uma compreensão deveras amistosa para com Bóris. Mas a expulsão dos missionários gregos da Bulgária exasperou a opinião bizantina, e o patriarca apressou-se a explorar o incidente. Uma missão pontifícia enviada a Constantinopla para advertir o basileu — aliás de forma bastante dura — de que a Bulgária era agora romana, foi maltratada, retida durante algum tempo, e depois expulsa com palavras amargas.

Fócio não ignorava que Nicolau I se debatia nesta mesma ocasião com consideráveis dificuldades, pois acabava de demitir os arcebispos que haviam aprovado o divórcio de Lotário II¹⁰; não seria possível uma ofensiva de conjunto contra o papado? Conduziu, pois, um ataque contra Roma com base em documentos emanados da sua sé e até num concílio em que se agruparam todos os inimigos do grande papa; acusaram-no de alimentar “pretensões injustificadas” e de ter inovações perigosas em matéria dogmática. Enfim — fato inaudito —, a igreja bizantina declarou deposto o papa. Assim se inaugurava essa tática que iria ser tão prejudicial para a Igreja: sublinhar os menores pontos de diferença, acentuar as tendências divergentes e infeccionar sistematicamente as menores feridas de amor-próprio, as invejas e as rivalidades.

Em novembro de 867, a tensão entre Roma e Bizâncio estava prestes a atingir o ápice quando, com dez dias de intervalo, desapareceram de cena os dois principais protagonistas: Nicolau I morreu no dia 13 e Fócio foi destituído no dia 23. Como é natural, ao papa morto sucedeu um novo papa, Adriano II; e que se passou com Fócio? Sucumbiu nada menos que ao golpe de força que pôs fim à dinastia isáurica. Basílio I, o Macedônio acabava de se apoderar do trono após o duplo assassinato de Bardas e de Miguel III.

Era, pois, normal que procurasse liquidar o protegido de Bardas, o que talvez tenha feito com excessiva precipitação (o concílio de Constantinopla de 869-870 foi durante muito tempo omitido pela igreja do Oriente da lista das assembleias ecumênicas). Aliás, Fócio ajudou-o nesse sentido com a sua atitude, tratando-o como assassino. De um só golpe, Basílio restabelecia a paz na Igreja, reconciliava-se com Roma, chamava a si todos os partidários do “mártir” Inácio e conseguia que se passasse uma esponja sobre o sangue que havia derramado. Não faltava esperteza a esse rude soldado.

O papado alcançava, pois, a vitória, mas Adriano II desejou-a demasiado completa. Infelizmente, não é hábil ter razão demais. Os bizantinos, por mais que tivessem recebido os legados romanos em procissão com círios e tochas, não podiam aceitar as decisões do papa sem dizer uma palavra. Houve mesmo necessidade de reunir um concílio em Constantinopla para julgar verdadeiramente Fócio, que aliás guardou o mais completo silêncio, “como Jesus perante os seus juízes”, reservando-se para o futuro. Basílio I não tardou em achar que o acordo com Roma era demasiado severo. Começou a ter inveja do imperador do Ocidente Luís II, com quem Adriano simpatizava muito. A seguir, passou a julgar excessivas as declarações de submissão que se tinham exigido aos partidários de Fócio. Depois, o caso búlgaro veio envenenar as coisas pela segunda vez: o rei Bóris, furioso por ter pedido em vão a Roma um patriarcado independente para a sua Igreja, voltou-se para Basílio, que compreendeu a importância do caso e se apressou a entrar em negociações com os búlgaros. Nessa ocasião, pôde-se avaliar quanto valia a fidelidade dos prelados de Bizâncio: Inácio prontificou-se a sagrar um arcebispo e dez bispos para a Bulgária, pregando assim uma peça à própria Sé que

o tinha defendido. Adriano sagrou São Metódio arcebispo de Sirmio, tentando contrabalançar a influência bizantina nos Bálcãs, mas a partida estava perdida. O antagonismo entre Oriente e Ocidente, que o caso Fócio trouxera à tona, chegava a resultados graves, tão graves que comprometiam o futuro.

Mas a ruptura não devia ser imediata: entre as duas partes da Igreja havia ainda demasiados laços e demasiadas tradições comuns. Além disso, os papas, que no tempo de Carlos Magno se tinham voltado para o Ocidente, precisavam novamente contar com o Oriente no momento em que a desagregação da Europa carolíngia os deixava sós e desarmados diante de mil ameaças, especialmente a dos sarracenos. Seria essa a política de João VIII (871-882), como nos lembramos¹¹, pois esse papa apelou para os gregos com o fim de resistir aos muçulmanos. Pessoalmente mais diplomata do que combatente, o sucessor de Adriano II inclinava-se para a conciliação.

Fócio, entretanto, soubera esperar. Ou melhor: por intermédio de personagens romanas, tinha estabelecido contatos com o velho papa João. Inácio, em dificuldades com Roma, que lhe censurava a sua quase traição no caso búlgaro, aproximou-se dele. O próprio Basílio, tendo necessidade de um preceptor para seu filho, nomeou para o posto esse homem de tão requintada cultura. As coisas correram tão bem que, quando Inácio morreu, Fócio recuperou o trono patriarcal com a maior facilidade. Também em Roma os ventos sopravam no sentido da pacificação. Um concílio, chamado “concílio fociano”, reconheceu o novo patriarca em novembro de 879, anulou as antigas condenações, e Fócio aceitou muito cristãmente as repreensões que o velho papa lhe dirigiu. Tudo parecia, pois, correr pelo melhor no mais santo dos mundos. Mas nem por isso era menos

verdade que a Bulgária continuava a recusar a entrada aos missionários latinos. Além disso, insidiosamente, como para se armar de motivos de discórdia, a igreja oriental ia lançando mão de chicanas contra o Ocidente a propósito de certas inovações que declarava suspeitas, como principalmente o uso do *Filioque* no Credo¹².

No momento em que ia findar o século IX, a situação era, pois, aparentemente boa. A igreja do Oriente e a igreja do Ocidente estavam reconciliadas e as tropas bizantinas vinham ajudar Roma a expulsar os sarracenos da Itália do sul. Na realidade, porém, abrira-se uma chaga que podia voltar a infectar-se a qualquer momento. Fócio desapareceu em 886, não se sabe bem como, caído em desgraça aos olhos do sucessor de Basílio, Leão VI, que o odiava¹³; mas os seus livros continuavam a espalhar-se, principalmente a sua brochura *Contra aqueles que dizem que Roma é a primeira Sé*, e o seu grande *Tratado do Espírito Santo*, em que criticava as “inovações” romanas. Eram leituras que afagavam os piores sentimentos dos bizantinos.

O antagonismo entre o Oriente e o Ocidente tomava agora uma feição nova: ao passo que anteriormente o primado de Roma não era nunca seriamente discutido, estava agora posto em xeque; se sempre haviam sido os papas quem condenava as heresias orientais, era agora a igreja de Bizâncio que tomava a iniciativa de criticar doutrinalmente a Sé Apostólica. Como vanguarda da luta do cesaropapismo contra o primado de Pedro, o caso Fócio abria caminho para o cisma. E assim esse patriarca surgirá cada vez mais, diante da história, como o porta-voz, o precursor da igreja bizantina separada de Roma, da ruptura que se dará cento e cinquenta anos mais tarde¹⁴.

Miguel Cerulário e o cisma grego

Por que a ruptura definitiva demorou tanto tempo? Através da semiobscuridade em que os historiadores bizantinos, preocupados sobretudo com a exaltação da “epopeia” anti-muçulmana e anti-búlgara, envolvem os aspectos religiosos do século X, conseguimos entrever com bastante clareza as razões profundas desse adiamento. Relacionam-se simultaneamente com o Oriente e com o Ocidente.

Este século, como veremos, é o do desmoronamento do papado, entregue a facções rivais e manchado por muitos escândalos, a época mais negra da história da Igreja. Como poderia a Sé Apostólica levar adiante uma política de supremacia em semelhantes condições? Mas, por outro lado, a sucessiva extinção dos diversos ramos da dinastia carolíngia fez desaparecer uma das razões do antagonismo. O basileu nunca tinha perdoado a Roma o golpe de Estado do Natal de 800, essa “subreptícia sagração de um bárbaro”, e a igreja oriental tinha visto nisso uma espécie de cisma profano que ameaçava submeter toda a cristandade à tutela da desprezível igreja franca. Agora que tinham deixado de existir os descendentes de Carlos Magno, porém, Bizâncio podia estar tranquila.

Mesmo do ponto de vista oriental, muitas razões impeliam a um acordo com Roma: entre elas algumas episódicas, mas que nem por isso foram as menos importantes. Assim, quando o imperador Leão IV, enviuvado e desejoso de casar-se pela quarta vez, se viu entravado pelo patriarca, apelou para o papa a fim de vencer a teimosia da sua própria igreja, e o papa deu-lhe razão; esses serviços não se esquecem. Além disso, houve motivos políticos para esse acordo: a colaboração romano-bizantina, inaugurada nos tempos do papa João VIII contra os muçulmanos,

ia tornar-se uma necessidade absoluta na medida em que crescia um novo perigo, não menos temível — o dos normandos, encarniçados agora contra as terras pontifícias. O papado desempenharia, portanto, ao longo do século X e em princípios do século XI, um papel considerável na diplomacia bizantina. Mas de que serve um acordo que já não tem por base o sentido profundo do ecumenismo, a exigência espiritual da unidade em Cristo, e que flutua ao sabor dos interesses e das ambições?

Bem mais decisivas do que os motivos de acordo, continuavam vivas as causas do antagonismo, umas muito aparentes, outras secretas mas determinantes. A magnífica restauração de Bizâncio sob a dinastia macedônia leva a igreja do Oriente a reclamar cada vez mais alto a independência, a *autocefalia*, tanto mais que a quase desapareição dos três outros patriarcas, submetidos aos muçulmanos, deixa frente a frente os dois príncipes da Igreja, o da antiga e o da nova Roma. Os sucessivos patriarcas de Constantinopla, depois de Fócio, poderão de tempos a tempos dar ao papa uma ou outra prova de respeito diplomático, mas o seu distanciamento em relação à Sé Apostólica irá aumentando. Assim, o costume de enviar-lhe a *sinódica* ao serem eleitos só será observado muito irregularmente. Entre as duas igrejas já não se manifestam oposições doutrinárias, o que em certo sentido é uma pena, porque, no tempo das grandes discussões teológicas, sempre houvera em Bizâncio um partido que se apoiava no papa; agora o papado já não desempenha aí esse papel de baluarte da ortodoxia. A questão do *Filioque*, levantada por Fócio, e que põe em causa o Espírito Santo na sua essência, só mais tarde é que apaixonará os espíritos. Em contrapartida, existem inúmeras dificuldades a propósito dos ritos, que no Oriente são rígidos e uniformes para toda a Igreja, ao passo que no Ocidente são

variados. Pormenores de ínfima importância assumem aos olhos bizantinos a proporção de escândalos abomináveis.

Muitas outras causas arrastam para a cisão. Acentua-se a divergência entre a cultura intelectual do Oriente e a do Ocidente, e o novo patriotismo helênico, exaltado pela restauração macedônia, leva as classes dirigentes bizantinas a desprezar esse Ocidente bárbaro envolvido em sangrentas e confusas agitações. A elite cristã — isto é, os melhores elementos do monaquismo oriental, que desabrocha magnificamente nesta época — separa-se de Roma, desiludida por ver os papas acolherem Fócio, autorizarem as quartas núpcias de um basileu e elevarem pessoas indignas ao patriarcado. Compreende-se muito bem a cólera destes santos monges quando veem o triste papa João XI colaborar para a eleição ao patriarcado do último filho de Romano Lecapene, o jovem Teofilacto, que fora ordenado aos dez anos e sagrado aos dezesseis¹⁵. A partir de meados do século X, a causa da fidelidade a Roma praticamente já não tem apoio algum na consciência bizantina; bastará um acaso da política para que o progressivo distanciamento se converta numa ruptura.

Dois fatos históricos acabaram de preparar o ambiente. Um, no último terço do século X, foi a aparição do Sacro Império Romano-Germânico, a aliança entre os Otões e os papas, fato que prova aos bizantinos que a Sé Apostólica continua fiel à sua política ocidental, aos seus “bárbaros”, e que provoca o furor dos orientais. “Como? Dar o título imperial a um bárbaro, a um homem insignificante, o mesmo título do divino Augusto?” O outro foi, uns quarenta anos depois do ano mil, a reabilitação do papado sob a influência da reforma clunicense e com o apoio direto dos imperadores germânicos, principalmente de Henrique III; a série de excelentes pontífices originários de Cluny trará consigo

um retesamento da política papal para com Bizâncio. Estavam dadas as condições da ruptura, e bastaria a vontade de um homem para levá-la a cabo.

O homem que, lúcida e teimosamente, quis essa ruptura foi *Miguel Cerulário*, patriarca de Constantinopla entre 1043 e 1058. Personalidade estranha, pouco atrativa mas singular, a deste patrício cuja juventude se passou exclusivamente dedicada à política — a ponto de tomar parte numa grave conspiração e de ter sonhado com o trono —, e que, convertido e feito monge, já não mostrou senão a imagem de um asceta inflexível e de um teólogo apaixonado. A ambição que não pudera saciar nas antecâmaras do palácio sagrado, levou-a para o patriarcado, declarando após a eleição que, a seus olhos, a sua função não era “inferior nem à da púrpura nem à do diadema”. Abrupto e sutil ao mesmo tempo, sabendo revestir-se da dureza da pedra “como se possuísse — afirma o historiador Psellos — as tábuas de Júpiter”, mas igualmente capaz de todas as paciências, de todas as astúcias e de todas as perfídias, estava absolutamente decidido a ser sem contestação o papa do Oriente. Não há dúvida alguma de que o seu desígnio de provocar a crise foi longamente amadurecido.

Por que foi que Miguel Cerulário desencadeou a ofensiva por volta de 1050? Num momento em que os normandos estavam prestes a abocanhar a parte do leão na Itália do sul, os ventos eram favoráveis à aliança de todas as forças cristãs. O alto-comissário bizantino na Itália, o *catepano* Argiros, um lombardo, preconizava essa política, e numa das suas idas a Bizâncio conseguira a aquiescência do imperador Constantino IX. O papa Leão IX concordava também com a ideia, e em 1052 visitou o imperador germânico Henrique III para obter a sua adesão. Por toda parte se repetia uma profecia segundo a qual “o leão e o leãozinho

exterminariam o onagro”, isto é, o imperador velho e o jovem se aliariam contra o normando.

Nesta operação, o patriarca de Constantinopla bem podia recear que a influência do papa na Itália do sul acabaria por excluir a sua, o que ainda seria um mal menor. Mas sobretudo era evidente que, perante essa espécie de triunvirato em que o papa e os dois imperadores estavam em plano de igualdade, ele mesmo ficava relegado a uma posição inferior. Pelo seu temperamento, pela sua dupla formação de filho de alto funcionário e de monge, detestava Roma. Mais: a sua ambição estava ameaçada. Um episódio ocorrido no ano de 1052 mostrou-lhe que o primado com que sonhava para a sua sé corria perigo. O novo patriarca nomeado para a Síria, o bom e santo Pedro de Antioquia, que o cisma tanto devia afligir, retomara o velho costume e dirigira ao papa a sua *sinódica* de sagração — o que Cerulário nem por sombras pensava fazer. De repente, resolveu agir: obrigaria o imperador a pôr termo a essa política de entendimento, e, para isso, reconduzi-lo-ia ao seu velho papel “cesaropapista”, fazendo-se ele próprio mais regalista do que o rei. Com esse propósito, montou uma manobra que a inépcia dos ocidentais coroaria de êxito.

Cerulário situou a ofensiva num terreno em que sabia que o povo de Bizâncio o seguiria — o dos sacrossantos ritos —, e para não se descobrir desencadeou a luta por intermédio de subalternos. O arcebispo Leão de Ócrida, na Bulgária — agora inteiramente submetida a Bizâncio —, escreveu uma carta ao bispo de Trani, na baixa Itália, que dependia de Roma embora estivesse em território bizantino; ou seja, por intermédio dessas pessoas, Cerulário dirigiu-se ao papa. Pouco tempo depois, um monge do *Stoudion*, Nicolau Stothatos, publicava uma espécie de panfleto. Os dois textos tinham idênticas intenções: denunciar os erros

da igreja ocidental. E que erros monstruosos! Os ocidentais comungavam com pão ázimo, não fermentado — pão morto, matéria sem vida, repugnante imitação dos usos israelitas. Comiam carnes não sangradas, grave infração aos preceitos bíblicos. Jejuavam por vezes aos sábados, e portanto era evidente que guardavam o sábado. Suprimiam o *Aleluia* na Quaresma, terrível desprezo das tradições. Por último, os seus sacerdotes não usavam barba, o que a todas as luzes era indecente... Eis as bagatelas litúrgicas e alimentares em torno das quais ia travar-se batalha tão grave. Fócio pelo menos suscitara questões dogmáticas.

A este ataque, cujo sentido não lhe escapou, Roma respondeu com grande vigor, especialmente porque em Constantinopla, por ordem do patriarca, se tinham fechado as igrejas latinas e, no meio dos tumultos ocasionados por essa medida, se tinham calcado aos pés hóstias consagradas. Junto de Leão IX encontrava-se então, como *persona gratissima*, o cardeal Humberto de Moyenmoutier, homem de grande inteligência e de caráter firme, ainda que desprovido de maneiras afáveis e diplomáticas, e que era um daqueles que então vinham levando a cabo a indispensável reforma da Igreja¹⁶. Foi ele quem traduziu esses escritos para o latim, e o papa encarregou-o de responder-lhes.

Fê-lo com a elevação que convinha, sem se abaixar a discutir as estúpidas ninharias dos bizantinos, mas afirmando os direitos da Sé Apostólica que, segundo o Concílio de Niceia, “não deve ser julgada por ninguém”, e opondo às flutuações dos patriarcas ao longo dos séculos a firmeza doutrinal dos papas. Em suma, o cardeal recolocou a questão no seu verdadeiro terreno, o do primado de Roma e do seu ecumenismo. Entretanto, Miguel Cerulário, começando já a descobrir as suas baterias, escrevia ao Santo Padre e dizia-lhe: “Se mandares venerar o meu nome numa só igreja

de Roma, eu me comprometo a mandar venerar o teu em todo o universo” — o que era uma maneira sutil de se igualar ao papa. Não tardou, porém, a receber uma resposta igualmente firme: ou a igreja do Oriente permanecia na comunhão de Pedro ou devia resignar-se a não ser mais do que “um conciliábulo de hereges, um conventículo de cismáticos, uma sinagoga de Satanás”. Como se vê, o tom começava a esquentar.

Certamente não foi muito hábil, da parte de Leão IX, mandar a Constantinopla para tratar do assunto o fogoso cardeal Humberto, acompanhado do chanceler da Igreja Frederico de Lorena (o futuro Estêvão IX), homem igualmente inflexível e pouco habituado às complexidades da diplomacia bizantina. Os dois ocidentais deixaram-se enredar em chicanas, concordaram em discutir a questão do pão fermentado ou não fermentado, criticaram a prática oriental do casamento dos padres, prestando-se maravilhosamente bem aos planos maquiavélicos de Miguel Cerulário, que não desejava senão prolongar e envenenar a discussão. Devidamente amestrado, o povo de Bizâncio afirmava teimosamente que todas as missas ditas pelos ocidentais desde as origens eram nulas e desprovidas de eficácia. Silencioso, intervindo pouco, o patriarca esperava que soasse a sua hora.

Foram os próprios legados pontifícios que lhe tocaram o sino. No dia 16 de julho de 1054, o cardeal Humberto e os seus auxiliares dirigiram-se a Santa Sofia, à hora do culto solene. Depois de terem proferido violentos protestos contra o patriarca — mencionado nominalmente como rebelde à autoridade do papa —, depositaram sobre o altar uma sentença de excomunhão contra ele e saíram da basílica sacudindo a poeira dos sapatos e exclamando: “Que Deus veja e nos julgue”. Este gesto espetacular — pensavam —

seria decisivo e levaria o imperador a esmagar Cerulário. Canonicamente, nada daquilo era válido, por duas razões: os legados não tinham autoridade para tomar essa medida, e, por outro lado, como Leão IX já não existia desde 19 de abril, os poderes dos seus representantes tinham caducado. Mas ninguém se lembrou disso. O gesto foi decisivo, sim, mas não no sentido em que o tinha esperado a brusquidão lorena ou germânica dos legados.

Miguel Cerulário tinha o jogo na mão. Ao invés de sair do caso como uma espécie de criminoso acusado de querer rasgar, por orgulho, a túnica sem costura da Igreja, aparecia agora como o defensor da igreja oriental injuriado pelos ocidentais. O povo cerrou fileiras em torno dele. Constantino IX, mais desejoso que nunca de manter o acordo com Roma contra os normandos, tentou arranjar as coisas, mas um bom tumulto, suscitado no momento oportuno pelo patriarca, chamou o fraco basileu a uma consciência mais clara dos limites do seu poder: não voltou a tentar a experiência e foi consolar-se nos braços da sua jovem amante. Uma tentativa de mediação feita pelo santo patriarca de Antioquia foi repelida com desdém. Já senhor indiscutível do Oriente, Cerulário só teve que tratar dos arremates: a bula de excomunhão foi queimada em praça pública¹⁷, e em 24 de julho de 1054 o “sínodo da igreja oriental” — uma dúzia de metropolitas e arcebispos reunidos em Santa Sofia — promulgou um edito sinodal em que os latinos eram declarados culpados de terem querido perverter a verdadeira fé. Algumas semanas mais tarde, Cerulário completava o edito com um requisitório em que, sob pretexto de fixar os direitos da sua sé em face de Roma, se apresentava como o único representante da verdadeira religião de Cristo.

Cerulário triunfara. Em Constantinopla era ele o senhor. Aliás, era-o excessivamente, pois tentou imiscuir-se

nas crises políticas que se sucediam cada vez mais rapidamente a partir de 1054, apressando o desmoronamento da dinastia macedônia. Desgostoso de ver o jovem Miguel VI recalcitrar um pouco contra a sua palmatória, interveio ativamente na conspiração que terminaria por derrubar o basileu em 1057 e substituí-lo por *Isaac Comeno*, fundador de uma nova dinastia. Mas Comeno, por mais contente que estivesse ao cingir a coroa, não quis limitar-se a ser uma dócil criatura do terrível patriarca, e no Natal de 1058 aproveitou um retiro que Cerulário fazia num convento, longe da multidão de Constantinopla, para mandar prendê-lo. Estava a ponto de levá-lo a julgamento quando o patriarca morreu. Mas a opinião pública estava tão fanatizada que o próprio imperador se viu obrigado a mandar trasladar com grande pompa o corpo do “mártir” e a consentir que a Igreja lhe organizasse uma verdadeira apoteose. Mais tarde, no tempo do seu sucessor Constantino X, casado com a própria sobrinha de Cerulário, o patriarca seria canonizado e instituir-se-ia uma festa anual em sua honra...

Assim se encerrou este doloroso período da história da Igreja, um dos mais dolorosos, como só viria a sê-lo o da Reforma. Em 1054, o *cisma grego* estava consumado e, para nossa dor, ainda hoje não terminou. É desnecessário dizer que as responsabilidades estiveram divididas: orgulho e perfídia de um lado, inépcia grosseira e intransigência do outro. No dia do Juízo, os homens da Igreja de Cristo terão de prestar contas desta ruptura que — previsível havia muito tempo — não souberam evitar pela caridade e pelo amor.

No momento em que os fatos se deram, ter-se-á compreendido a sua gravidade? Tanto em Roma como em Constantinopla, a opinião pública ficou bem convencida de que o seu clã tinha alcançado a vitória: os latinos gloriaram-se de terem esmagado o orgulho do patriarca,

os bizantinos felicitaram-se por terem afastado da sua fé os erros ímpios dos ocidentais. O cardeal Humberto conferia a si próprio um *satisfecit* num longo relatório. Nas margens do Bósforo, todos se deleitavam com a leitura de um libelo intitulado *Tratado sobre os francos*, no qual se podia ler, não sem horror, que durante a Missa, no Ocidente, as mulheres vinham divertir-se com o padre e que até se sentavam no trono episcopal.

Bobalhices como essas firmaram os espíritos num estúpido antagonismo. Apenas alguns raros corações, verdadeiramente cristãos, sentiram cruelmente a ferida que se abria na Igreja. Assim aconteceu com Pedro de Antioquia, que exclamava: “Se as rainhas da terra estão angustiadas, por toda parte reinarão as lágrimas”; ou com o monge Jorge, o Hagiorita, que ousou declarar em 1064: “Não há diferença alguma entre gregos e latinos”. Só passado muito tempo é que a cristandade se conformou com a ideia do cisma¹⁸. Os peregrinos da Terra Santa continuaram a passar pelo território bizantino, os papas continuaram a manter relações oficiais com o basileu, e houve até alguns imperadores de Bizâncio, como Miguel VII, que fizeram dádivas generosas a conventos do Ocidente, principalmente ao de Monte Cassino. Mas nem por isso o rasgão deixava de ser irremediável e de ir-se acentuando: a perda dos domínios bizantinos na Itália, tomados pelos normandos, e mais tarde os incidentes das cruzadas deviam torná-lo definitivo.

Fidelidade a Bizâncio

Mas, no momento em que Bizâncio se separa de Roma e em que as duas partes da Igreja de Cristo enveredam por caminhos diferentes, devemos ficar parados, simplesmente

contemplando esses acontecimentos lastimáveis, esses patriarcas cheios de orgulho e esses teólogos agressivos? Resume-se nisto toda a igreja grega?, essa igreja herdeira de tantas gerações de cristãos admiráveis, depositária do pensamento dos Padres, para a qual ainda hoje se voltam tantos espíritos do catolicismo do Ocidente, como se se voltassem para uma fonte imensa e ainda hoje tão pouco conhecida? Devia a fé dos grandes Capadócius e a dos corajosos defensores das imagens extinguir-se pelo fato de maus pastores guiarem as suas ovelhas pelo caminho do cisma? Certamente que não; e por mais cruel que a ruptura de 1054 possa ser para um coração cristão, nunca poderia ela atingir uma fidelidade indestrutível a tudo o que a igreja grega, enquanto se manteve na unidade, deu ao cristianismo de original e de fervoroso.

Nos séculos IX e X, já não é, no entanto, no plano do trabalho doutrinal, em que outrora tinham sido mestres, que se pode admirar os bizantinos. Lembremo-nos de que o fim das grandes discussões teológicas marcou também o encerramento da alta teologia oriental: o facho passou para o Ocidente. Após a morte de São João Damasceno em 749 e a de São Teodoro Estudita em 826, já não há no Oriente grego nenhum nome que se possa igualar aos deles. O único teólogo que se destacou — aliás perniciosamente — foi Fócio; na sua *Mistagogia do Espírito Santo*, obra hábil e pérfida, os polemistas gregos encontraram e continuam a encontrar até hoje argumentos contra os latinos. Tomando no seu sentido mais estrito a célebre fórmula *Filioque procedit*, e entendendo-a deliberadamente como “proceder de um princípio sem princípio”, Fócio quis mostrar que os ocidentais, aplicando-a ao Espírito Santo em relação ao Filho, tinham uma doutrina trinitária errônea, herética, e então organizou contra essa heresia imaginária todo um arsenal

escriturístico e patrístico. A influência póstuma desse trabalho nefasto viria a ser considerável.

Mas a alma bizantina estava em outro lugar. Estava nesse povo apaixonado por ritos, maníaco por observâncias insignificantes, algumas quase supersticiosas, mas cuja fé permanecia sempre comovente sob tantos aspectos. Estava nesses sacerdotes para quem a liturgia constituía a armadura da vida espiritual e que se entregavam a essas cerimônias hieráticas com uma alegria tão grande. Estava nesses monges escondidos em longínquas montanhas, nos quais sobrevivia um pouco do espírito dos primeiros Padres, dos anacoretas que se retiravam para os desertos com o fim de melhor se entregarem a Deus.

Não há dúvida de que o ritualismo sempre crescente do cristianismo bizantino nos deixa surpreendidos; vimos exemplos bem insólitos nas discussões com a igreja latina, e poderíamos citar muitos outros em diversas circunstâncias, como o conflito de Bizâncio com a igreja armênia porque esta, no jejum, proscrevia os ovos e os queijos, coisa que os gregos consideravam “uma heresia repulsiva”... Mas podemos também perguntar-nos se ritos tão rígidos não seriam indispensáveis a um povo tão apaixonado, volúvel e contraditório; e se, ao impor-lhe uma disciplina, esses ritos não o impediram de se afundar nas heresias que tantas vezes o ameaçaram. Seja como for, não foram obstáculo ao desabrochar de uma fé profunda, de que temos muitíssimas provas.

Assim, a corrente de piedade mariana que vimos nascer e desenvolver-se nos séculos precedentes continua a crescer, e, quando se der a ruptura de 1054, a devoção à Santíssima Virgem não se extinguirá; pode-se mesmo afirmar que as homilias marianas da Idade Média bizantina superaram as dos tempos anteriores. Há uma fé vibrante,

contraditória, cheia de contrastes, como já pudemos observar nesses imperadores e nessas grandes personagens que, muito sinceramente e com uma facilidade extraordinária, passam do crime ao arrependimento, da vida frenética à ascese; e há também uma fé mais serena, mais interior, que se nota em tantas famílias, encarnada em santas figuras de esposas, de mães e de religiosas. Tudo isto constitui o embaçamento da alma grega; e essa admirável liturgia, cujas cerimônias imutáveis, prolongadas até os nossos dias, dão ainda hoje à igreja oriental um perfil de tão cativante beleza, que outra coisa é senão a expressão glorificada do sentimento de comunidade, de comunhão, que até certo ponto constitui a própria essência do cristianismo?

Um dos testemunhos mais significativos da vitalidade do cristianismo oriental nos séculos IX e X é o monaquismo. Poder-se-ia pensar que o desenvolvimento por ele atingido no decurso das épocas anteriores não seria ultrapassado; e, no entanto, o período macedônio imprimiu a essa instituição um impulso tão grande que inúmeras fundações ainda vivas nos nossos dias datam dessa época. A querela das imagens esteve prestes a levar à supressão dos mosteiros no Império, e promulgaram-se na ocasião leis draconianas que iam ao ponto de proibir-lhes o recrutamento de noviços e chegavam a secularizar monges e conventos. A derrota dos iconoclastas foi, portanto, considerada como vitória do monaquismo, que se expandiu gloriosamente. Os antigos lugares conventuais, tais como o Monte Olimpo — donde partira a resistência aos destruidores de imagens —, viram afluir enormes massas de postulantes, e criaram-se outros novos¹⁹. Os imperadores, as imperatrizes, os príncipes de sangue real e as grandes personagens multiplicaram as fundações, sobre as quais aliás mantinham um direito de controle, nem sempre exercido discretamente. O apelo

da vida conventual tornou-se tão comum que o governo teve que fixar-lhe limites, impondo uma idade mínima de entrada — que tentou passar dos 10 para os 16 anos — e proibindo que os funcionários públicos e os soldados abandonassem sem licença os seus postos para se fazerem monges. Imensamente ricas na sua maioria, estas comunidades dos séculos IX e X são verdadeiros viveiros de cristãos de elite, e na prática detêm cada vez mais o monopólio do provimento episcopal.

Não podemos falar sem um grande respeito desse monaquismo bizantino. Os *higoumenes* destes conventos foram sob muitos aspectos os êmulos dos grandes abades ocidentais, e se não influenciaram tão diretamente a sociedade, por estarem mais afastados do mundo, não é menos verdade que muitos deles legaram um testemunho admirável de fé, de austeridade e de santidade. Nesta época, a forma antiga do monaquismo oriental proveniente de Santo Antão, de São Pacômio e de São Sabas, o anacoretismo solitário, encontra-se já em decadência; a maioria dos mosteiros segue a regra de São Basílio, que a reforma do *Stoudion* e a influência do grande São Teodoro tinham reconduzido à sua melhor observância: a vida em comunidade, a lei da obediência, a abstinência e o trabalho obrigatório são coisas que ali se praticam quase como em Cluny; a oração perpétua, o *laus perennis*, é uma prática mais ou menos geral. Neste monaquismo oriental, as ingerências laicas — que existem — são muito menos fortes do que no Ocidente submetido ao regime feudal. Por outro lado, são poucas as obras, literárias ou de outra natureza, que saíram destes conventos; mas, sob o olhar de Deus, quem poderá deixar de reconhecer os seus méritos?

Um dos grandes acontecimentos desta época, ao qual está associada uma das mais belas figuras de um santo

higoumene é a fundação do *Monte Athos*. Situado ao norte da Grécia, constituindo o dedo setentrional da mão incompleta formada pela tríplice península da Calcídica, o Athos já estava há muito tempo povoado de ascetas disseminados em eremitérios e confederados sob a direção de um *prótos*, de um “primeiro”. Por volta de 962, desembarcou ali um homem de excepcional envergadura, *Santo Atanásio de Laura*, que daria ao “monte santo” o aspecto que ainda hoje nos oferece.

Nascido em Trebizonda e educado em Constantinopla, Atanásio fora — já monge — diretor espiritual do futuro imperador Nicéforo Focas. Para não ser nomeado *higoumene* do seu convento em Bizâncio — pois era alma de delicada humildade —, retirara-se pela primeira vez para Athos em 958, mas Nicéforo arrancara-o de lá para nomeá-lo capelão da frota que, em 961, libertou Creta do domínio dos sarracenos. Mas a lembrança daquela silenciosa e querida península permanecia no coração do santo. Logo que pôde, voltou a partir para lá, mas desta vez com o desígnio de fundar um verdadeiro convento, uma *laura*, que Nicéforo dotou com todo o espólio que havia tomado aos muçulmanos. Em breve, e depois de algumas dificuldades com os solitários, todo o Monte Athos se organizou em torno desse mosteiro. A grande *Laura* tornou-se o centro dessa república monástica que ainda hoje se conserva, respeitada pela história, pelas guerras e pelos turcos. Construíram-se rapidamente outros conventos: Vatopedi, Zographon, Philoteu e muitos outros; e os séculos se encarregaram incessantemente de erguer outros ainda.

É a Athos que temos de ir nestes nossos dias se quisermos evocar a espiritualidade de Bizâncio naquilo que ela pode ter de mais impressionante para uma alma cristã. Ali, no meio de uma natureza selvagem em que parece permanecer

viva a lembrança do Paraíso, entre as águas cantantes, os animais confiados e o murmúrio da brisa nos ramos das oliveiras, uma prece contínua se eleva para Deus, saída desses milhares de almas que, vindas de todos os pontos da cristandade “ortodoxa” dissidente, e falando cinco ou seis línguas diferentes, se unem no mesmo fervor. Enquanto o barco segue a costa cinzelada, orlada de espuma, o viajante avista, disseminados por toda parte, os múltiplos testemunhos dessa fé secular: nas paredes rochosas, por vezes inacessíveis, abrem-se as grutas dos *anacoretas* que, como nos tempos de Santo Antão, vivem inteiramente sós em Deus, inteiramente sós até a morte; as clareiras dos bosques deixam-nos ver os pequenos conventos rústicos dos *cenobitas* e as minúsculas casinholas em que os *sarabaítas* vivem aos dois ou aos três. E, de longe em longe, enormes, semelhantes a fortalezas no brilho dos seus ocre, dos seus rubros e dos seus dourados, voltando para o mar os seus andares de varandas sobrepostas com vigas em projeção, erguem-se, como verdadeiras cidadelas da fé, os grandes mosteiros *idioritmos*, de tesouros fabulosos.

Terá mudado muito a vida religiosa desde os tempos em que, entre duas batalhas, os imperadores macedônios iam lá fazer o seu retiro? O *catholicon*, a igreja de traçado em cruz grega, ergue-se sempre no centro de um pátio quadrado, escoltada por uma família dispersa de capelas. Nos refeitórios, as mesas de mármore, com cavidades que servem de pratos dispostos em intervalos regulares, mostram o polimento feito por gerações de mãos. Nas paredes, afrescos misturados, desconcertantes, evocam os ritos da igreja bizantina, sob formas que não devem ter mudado um ápice nestes mil anos. Uma profunda impressão de recolhimento cristão — de recolhimento pacífico e feliz — emana deste lugar votado à oração. Sob o luminoso sol grego, as cores e os

tons formam uma sinfonia: rubro-sangue das fachadas, ocre pálido dos velhos mármore, esmeralda e safira dos afrescos nas galerias e, por toda parte, as manchas alaranjadas das bignônias e os cachos violetas das buganvílias. O mar próximo fere e ritma o silêncio. Águas ligeiras cantam nas bacias das fontes a ladainha do amor divino. Monges negros, vestidos de amplos hábitos, dão-nos a impressão de vagarem por aqui e por ali, recolhidos e silenciosos. De repente, soa um ruído forte, um ruído de madeira, seco e abafado ao mesmo tempo, e passa um jovem frade que segura debaixo do braço uma comprida tábua de cipreste na qual bate com um martelo, sinal equivalente ao dos nossos sinos ocidentais. Surgem de toda parte as negras silhuetas dos monges que se dirigem apressadamente para o *catholicon*, e pela porta aberta começa a escoar-se a lenta salmodia.

Assim é a imagem sempre viva dessa igreja grega que, apesar de novecentos anos de separação, um cristão não pode deixar de olhar fraternalmente, como não pode passar por alto o testemunho concreto de tudo o que a sua espiritualidade deu à cristandade. Como se lhe há de recusar fidelidade e gratidão? Sobretudo se nos lembrarmos de tudo aquilo que, na mesma época, Bizâncio presenteava ao mundo cristão: os eslavos evangelizados, os muçulmanos contidos e rechaçados, e a civilização enfim restaurada, no exato momento em que, no Ocidente, parecia condenada à morte.

A “*renascença*” macedônia

O último, mas não o menos importante dos contributos da Bizâncio macedônia para a humanidade, foi o admirável reerguimento de civilização que ocorreu durante os

dois séculos dessa dinastia. Nenhuma época, nem mesmo a de Justiniano, ultrapassa em glória, riqueza e fecundidade aquela em que os descendentes do grande Basílio empunharam o cetro imperial: foi uma idade de ouro, cuja memória chegou até nós na glória de Veneza, filha de Bizâncio, e que serviu de contrapeso às tristezas da idade de ferro em que o Ocidente mergulhou.

O extraordinário desenvolvimento econômico de Constantinopla, que se tornara uma espécie de Nova York do Bósforo, para onde tanto o comércio externo como a indústria multiforme drenavam igualmente as fortunas do mundo; o prestígio dessa capital de que partiam, pela dupla vontade do Estado e da Igreja, as influências que helenizaram povos heteróclitos e procuraram fazer dela uma unidade viva — tudo isso contribuiu para fazer surgir a “renascença” macedônia, cujo fulgor, por sua vez, aumentou a glória dessa dinastia.

Nessa época, Constantinopla era já uma cidade de mais de um milhão de almas, onde se confundiam todas as raças e todos os tipos. Dispondo de folga suficiente no interior das suas muralhas para que ainda pudesse haver terrenos baldios em que erravam cães, crianças, jumentos e porcos, apresentava — como ainda hoje — singulares contrastes entre o rico decoro das avenidas suntuosas e das belas ruas com arcadas, e o fétido emaranhado de ruelas com pardieiros, onde a lama escorregadia e a poeira sufocante se alternavam conforme as estações. A *Mésé* — a sua avenida principal — atravessava-a de lado a lado no sentido leste-oeste, balizada por largas praças, e ia desembocar no lugar em que refulgia todo o poder imperial e cristão, o *Augusteon* — o formidável agrupamento de Santa Sofia, do Senado, do Hipódromo e do Palácio Sagrado. Por toda parte se viam igrejas, pórticos e colunas; por toda

a parte se colhia uma impressão de riqueza e de pujança. E é neste entrelaçado prodigiosamente vivo que desabrocha essa nova flor de civilização, de arte e de pensamento que, indo beber múltiplas seivas nas profundas camadas do passado, soube revestir-se de novos e cada vez mais suntuosos aspectos.

A manifestação mais brilhante desta renascença foi, sem dúvida, a arquitetura. Pouco se havia construído na época dos isáuricos, durante as batalhas do iconoclasmo, mas construiu-se muito no tempo dos macedônios — naturalmente, instalações para o “senhor do mundo”. Erigiu-se o *Kenourgion*, com as suas colunas de mármore vermelho e pavimentos de mosaico sulcados por valetas de mármore verde da Tessália, e as paredes cobertas de placas de cristal irisado, encimadas por uma guarnição de ouro. O velho castelo de *Boucoleon* foi transformado, ampliado e suntuosamente decorado. Tantos e tantos trabalhos se fizeram nestes dois séculos que o Palácio Sagrado acabou por ocupar uma área de quatrocentos mil metros quadrados, com os seus labirintos de pórticos, pátios, galerias, peristilos, imensas salas e terraços.

Mas os arquitetos dedicavam os seus esforços a Deus, pelo menos tanto ou mesmo mais do que ao todo-poderoso imperador. As igrejas começaram a brotar do chão em número incrível, e na Grécia e na Ásia Menor ainda hoje encontramos muitas que datam desse tempo. O primitivo plano da basílica continuou a ser utilizado aqui e ali, como se vê na grande *laura* do Monte Athos (1004), com nave de tripla ábside. Mas prevaleceu o plano com duas naves de comprimento igual e cruzadas a que chamamos “cruz grega”. Foi o que aconteceu no convento vizinho de Vatopedi, que serviu de modelo a todas as igrejas da comunidade atosiana. A cúpula, celebrizada outrora pelo glorioso êxito de

Santa Sofia, empregou-se cada vez mais, tendendo porém a ser aliviada e a alcandorar-se sobre uma espécie de tambor provido de janelas, o que melhorava a iluminação e, visto de fora, dava maior elegância ao conjunto.

A obra-prima desta arquitetura macedônia era a *Nea*, “a nova igreja”, construída a partir de 876 por Basílio I no interior do Palácio Sagrado, e que infelizmente desapareceu com ele. É pelas descrições do imperador Constantino VII — escritor sob o nome de Constantino Porfirogeneta — que conhecemos as suas magnificências, sobre as quais afirma o augusto cronista que rivalizavam em tamanho, beleza e suntuosidade com a Santa Sofia de Justiniano. Compreendia duas esplêndidas naves cruzadas e tinha cinco cúpulas, uma das quais sobre a intersecção das naves; não sabemos se as outras ficavam nas extremidades dos braços da Cruz ou nos ângulos. Quanto à decoração, escreve Constantino Porfirogeneta a Fócio, que a ela se referiu num sermão, “só um grito de admiração entusiástica poderá descrevê-la”. Já no átrio se ficava subjugado pela beleza: duas fontes lançavam os seus jatos de pérolas líquidas, uma delas de pedra branca adornada com anéis de bronze, e a outra com uma bacia de sienito egípcio suportada por dragões. Por toda parte, só se viam brocados, mosaicos, esmaltes e metais cravejados de pérolas e de pedras preciosas. Na cúpula, um gigantesco Cristo Pantocrator, rodeado de anjos, presidia ao Juízo Final. Nos grandes lances de parede e no interior das cúpulas, a Virgem, os santos e os heróis do Antigo Testamento constituíam uma ininterrupta galeria de figuras, todas elas mais altas que o natural. No solo, os mosaicos e as placas de mármore policromadas representavam plantas e cabeças humanas, à moda oriental, com tal primor de colorido que se tinha a impressão de “caminhar, não sobre pedra, mas sobre tapetes”.

Em que é que esta arte se distinguia da das épocas anteriores, especialmente da de Justiniano? Menos dominada pelas exigências clericais — a querela das imagens serviria pelo menos para diminuir a influência do clero sobre os artistas —, podia agora ser mais livre. Pesquisaram-se e encontraram-se novas vias. Aos temas de inspiração estritamente religiosa juntaram-se muitos outros, como por exemplo os de inspiração histórica. Ao hieratismo dos tempos antigos sucedeu um realismo muito mais expressivo, que foi buscar inspiração na Grécia antiga, nas mais encantadoras obras-primas da época helênica e nos muçulmanos, apaixonados por fantasias decorativas. O mundo vegetal e animal passou a fornecer um número sem fim de motivos requintados, e “daí resultou uma amálgama de dignidade e de graça, de delicadeza e de ordem, e um refinamento sereno, que se tornaram as características centrais da arte bizantina no período da sua maturidade”²⁰.

Um dos aspectos mais curiosos desta decoração dos séculos IX e X foi que ela não se limitou ao interior das igrejas, mas invadiu literalmente o exterior. Os mosaicos e os arranjos de mármore coloridos aplicaram-se às fachadas, e os edifícios tornaram-se assim uma espécie de relicários gigantescos, brilhantes como joias, com uma suntuosidade que nunca tinha sido atingida. Hoje, o viajante que, ao sair das pequenas ruas estreitas de Veneza, desemboca nesse luminoso salão ao ar livre que é a praça de São Marcos, pode ainda ter uma ideia muito exata do que era a magnificência bizantina da grande época. Nos tímpanos e nos óculos em ogiva da catedral, bem como no interior dos arcos em semicírculo, cobrindo todas as superfícies e brilhando em todos os planos, o mosaico desprende centelhas de ouro e de cores vivas com a magnificência de um manto real. Tudo é prazer para os olhos: as colunas variegadas, os jogos de

sombras, o breve brilho de um mármore branco, a sonoridade de um pavimento de brecha e de pórfiro. Mesmo as grandes catedrais góticas, povoadas de estátuas, não deviam causar semelhante impressão de rutilância quase excessiva, mais própria para exaltar o triunfo dAquele em quem se encontram em plenitude todas as riquezas do que para celebrar a humildade do vencido do Calvário. Teologia da glória mais do que teologia da Cruz: o cristianismo bizantino preferiu — e prefere sempre — a primeira à segunda.

São Marcos de Veneza foi construída a partir de 828 e restaurada depois do incêndio de 976; é, portanto, um edifício tipicamente “macedônio”. A sua existência torna-nos palpável esse grande fato da história da arte que foi a irradiação da arte cristã oriental durante os dois séculos dessa dinastia, uma irradiação e uma influência consideráveis. Vamos encontrá-la desde o Mar Negro até Kiev, e tanto no interior da Rússia como no sul da Itália, de Sicília a Roma, ou na Itália do norte, onde Veneza e Ravena são os seus flores. A Bulgária, a Romênia e a Armênia não teriam tido os arquitetos que tiveram sem essa ação profunda de Bizâncio. Quantas vezes, ao acaso de uns dias de viagem pela Itália, em Amalfi por exemplo, ou em Grotta-Ferrata, ou ainda nestas ou naquelas capelas e igrejas de Roma, não descobrimos a mão de Bizâncio? E essa milagrosa obra-prima da Renascença italiana, a catedral de Orvieto, esse cofre de mármore branco coberto de mosaicos luminosos, teria sido o que é se a influência dos decoradores de Constantinopla não se tivesse feito sentir nessas remotas colinas da região etrusca?

Todas as outras artes apresentam nesta época características análogas: amor pelos materiais mais belos, mais ricos e mais cálidos, e uma retomada do ideal naturalista e concreto dos helenistas. O resultado foram obras-primas raras e preciosas. Poucos estofamentos chegaram até nós, mas os

que conhecemos — por exemplo os famosos brocados do Museu das Sedas, em Lyon — são testemunhos desse poder criador tão valiosos como uma igreja ou um mosaico. Proliferam os manuscritos, com multidões de miniaturas, uns aristocráticos, com páginas inteiras decoradas a ouro e púrpura, outros mais simples, mais populares, mas de uma arte versátil e viva. Muitas vezes, como que por malícia, o artista introduz na decoração de algum livro bem piedoso, por exemplo o de algum bom Padre da Igreja, motivos de mitologia pagã — Artemis e Ácteon, as fabulosas histórias de Zeus ou a dança dos Curetas. A obra-prima desta arte do livro é, sem dúvida, o famoso *Saltério* de Paris, sobre o qual já passaram mil anos sem que tenha o menor traço de deterioração ou de envelhecimento, obra-prima de graça e de luz que parece ter nascido ontem.

Assim, nesta Bizâncio macedônia, surgiu uma forma de arte que reunia os elementos do passado e ao mesmo tempo lhes dava uma expressão nova. Aconteceu o mesmo com as coisas do espírito. A partir de meados do século IX, Constantinopla tende a retomar o seu lugar no cenáculo da mais alta cultura, que havia perdido um pouco nos últimos tempos. A sua Universidade, restaurada em 863 por Bardas, voltou a atrair multidões de estudantes, e ali vieram lecionar mestres de todo o mundo grego. Do século IX ao século X, diversos sábios se consagraram com ardor ao estudo dos clássicos e à redescoberta do saber antigo, desempenhando em suma o mesmo papel da Escola Palatina de Carlos Magno e dos mestres ocidentais da época carolíngia: Fócio e Aretas no século IX, os enciclopedistas que assinavam com o pseudônimo de Suidas, Constantino Céfalas, que publicou a *Antologia Grega* no século X, e depois, em princípios do século XI, o mais célebre dos escritores deste tempo, Miguel Psellos, seguido de João Mauropos, João o

Italiota e Cristóvão de Mitilene. Muitos traços destes homens — principalmente de Psellos — anunciam os grandes humanistas do Renascimento: a mesma paixão pelas coisas da Antiguidade, a mesma devoção a Platão e a Homero, a mesma imitação desses autores, e também a mesma vaidade e o mesmo ardor no combate pelas ideias.

Foi, portanto, uma época de intensa vida intelectual, em que se fez barulho em torno de muitas teses e se remoeram mil assuntos. Mas não foi uma época criadora. O tipo de obra característico foi, como na Roma do Baixo Império, a compilação, a lexicografia, a enciclopédia. Reunir os textos, os conhecimentos e documentos antigos, e organizá-los em suntuosos conjuntos era o que parecia mais útil na época; assim, um basileu escritor e amigo das letras, Constantino VII Porfirogeneta, consagrou a essa tarefa todos os momentos livres que o exercício do poder lhe deixava. A Igreja ganhou com isso, pois aproveitou a oportunidade para procurar e reunir os textos que lhe interessavam, principalmente os escritos dos Padres e as vidas dos santos. No século X, este trabalho foi continuado metodicamente por uma espécie de Migne do tempo, Simeão Metrafrasto, cujos *Martyria* constituem uma compilação preciosa, pois foram utilizadas muitas fontes hoje perdidas, não só coptas e sírias, como árabes e armênias. A Enciclopédia *Suidas*, da mesma época, um “Larousse” dos anos 950, não é menos útil pelas informações que nos fornece sobre uma multidão de santos e de mártires desconhecidos.

Tal como a arte, a literatura da época macedônia procurou não tanto suscitar novas formas de criação como fazer o inventário dos recursos que o mundo bizantino tinha à sua disposição. Era um trabalho de salvaguarda particularmente útil. Teriam os homens desse tempo o pressentimento da fragilidade da sua civilização? Adivinhariam eles que, a

essa época gloriosa, sucederia um tempo de nova decadência, que arrastaria Bizâncio para um destino doloroso?

No dobrar dos anos 1050

Basílio II, o destruidor dos búlgaros, morreu em 1025, e o declínio seguiu-o de perto. Sob as aparências da glória, Bizâncio ocultava misérias profundas e terríveis fraquezas: uma anarquia monstruosa estava sempre prestes a explodir, a submergir tudo. Qual era o princípio que assegurava as bases do poder? A hereditariedade? Mesmo nas ocasiões em que se observavam as suas regras, não tinha força de lei. A sacração? Mas se a experiência provava que a Igreja sagrava docilmente pela unção a vitória fosse de quem fosse! A adesão popular? As multidões são versáteis, e não se deixavam impressionar senão pela força. Tudo dependia, portanto, em última análise, das qualidades do senhor: se admirado e temido, era todo-poderoso; se não sabia impor o seu terrível despotismo, era escarnecido. Que o ídolo revestido de dalmáticas de ouro se mostrasse indeciso, covarde ou desanimado, e sob os seus pés tudo começava a desmoronar-se.

Assim aconteceu no segundo quartel do século XI. A Providência que, durante tanto tempo, dera à dinastia macedônia a sorte de contar com homens fortes, acabou por afastar-se dela. Entregue às mãos de uma mulher, *Zoe*, sobrinha de Basílio II, que foi obrigada a casar-se com o alto funcionário Romano Argiro, a coroa não tardou a tremer. Surgiu depois um terrível drama de palácio em que a basilissa, cansada do marido, tentou envenená-lo e a seguir mandou afogá-lo na sua própria banheira, para depois desposar o amante na mesma cerimônia em que enterravam o morto. E tudo com a bênção do patriarca Aleixo! Sucedem-se então cenas

verdadeiramente teatrais. O novo senhor da rainha e do Império, Miguel IV, aterrado com o crime, foge ao mesmo tempo da coroa e da esposa, uma e outra ensanguentadas, para se encerrar num convento a fim de obter pela penitência o perdão de Deus. Em seguida Zoe, sempre ardorosa, arranja outro homem, um jovem operário calafate, e faz dele Miguel V. Mas o novo amante, com a maior ingratidão, tenta imediatamente desembaraçar-se dela raspando-lhe o cabelo e enclausurando-a. O povo de Constantinopla revolta-se, prende o calafate, vaza-lhe os olhos e exige o regresso da velha basilissa que, aos sessenta e quatro anos, desposa ato contínuo o seu terceiro marido, Constantino Monômaco. Pouco depois, uma irmã de Zoe, de nome Teodora, sai do mosteiro em que vivia desde a juventude e exige que a associem ao poder.

Em 1050, o maior trono cristão estava dividido entre quatro influências: Zoe, com setenta anos, uma beleza fatigada que só estava interessada em “reparar o irreparável ultraje dos anos”; sua irmã Teodora, quase da mesma idade, retalhada entre uma devoção de freira e uma avareza que a levava a contar diariamente a sua fortuna; Constantino IX Monômaco, velho gotoso, esperto mas indolente, um debochado que passeava sobre o mundo o olhar de um cético; finalmente, para iluminar um pouco o quadro — ainda que não para acalmar os moralistas —, a sua jovem e encantadora amante Esclerena, que ele conseguira instalar no palácio impondo à esposa essa partilha, e que tomava parte no Conselho, fazendo muitas vezes prevalecer a sua opinião. Como é que tais fantoches poderiam manter firme o leme num momento em que a enorme nau sofria tempestades após tempestades e metia água por todos os lados?

Os perigos apertavam o cerco. Em primeiro lugar, os externos: no Danúbio, haviam-se instalado novas hordas

asiáticas, os *petcheneques*, bem mais temíveis do que os húngaros, já em vias de cristianização. Parecia que se tinha voltado aos piores tempos dos búlgaros, e os Bálcãs estavam na iminência de serem tomados. Tentou-se conter os ataques contratando algumas das tribos invasoras como mercenários, mas isso só serviu para facilitar-lhes as coisas, permitindo-lhes lançar as suas incursões para além do Danúbio. Os anos centrais deste século assistiram ao incessante desfile dessas hordas: a planície de Sofia tornou-se domínio seu, Andrinopla sofreu os seus assaltos, e os exércitos imperiais, mesmo reforçados com tropas auxiliares francas ou russas, estavam longe de dominar a situação.

No sul da Itália, o grande perigo eram os normandos, que já tinham deixado para trás o período das incursões errantes e que agora possuíam praças fortes, como Melfi nas nascentes do Ofanto, onde empilhavam as suas armas e os espólios de guerra. A partir dessas instalações fixas, lançavam-se com mais eficácia contra as cidades mercantis e os comboios marítimos. E contavam, além disso, com o apoio dos lombardos que, revoltados contra Bizâncio, lhes prestavam o seu auxílio por toda parte: a partir de 1042, a ofensiva passou a ser dirigida por uma verdadeira aliança lombardo-normanda. As tropas imperiais mal conseguiram reter algumas fortalezas na península, como Brindisi, Otranto e Tarento.

Mas o maior perigo procedia, como sempre, da Ásia, embora não parecesse imediato e o Império pensasse ter tranquilidade nesse flanco. Desde o ano mil, aproximadamente, os califas fatimitas mostravam-se bem-humorados, e as relações com eles eram tão cordiais que Bizâncio chegou a abastecer de trigo a Síria muçulmana ameaçada pela fome e cooperou na reconstrução do Santo Sepulcro. Na Armênia, os esforços seculares dos gregos tinham enfim dado resultado, e quase todo o país lhes estava submetido.

Mas acabava de surgir um outro inimigo, em comparação com o qual pouco peso teriam os gregos, os califas de Bagdá e os armênios somados: os *turcos seldjúcidas*, cujo jovem ardor guerreiro ia substituir, na expansão do mundo muçulmano, os árabes e os persas amolecidos pela civilização.

Saídos das estepes do Mar de Aral, onde levavam vida nômade, tinham submetido ao seu chefe Toghril-Beg os outros povos turcos, por volta de 1040, e pouco depois subtraíram o Iraque aos iranianos. Ispahan foi tomada em 1051 e Bagdá em 1055, e o califa abássida nomeou Toghril-Beg seu “vigário temporal”. Daí por diante, o sultão seldjúcida iria retomar por sua conta a guerra do islã, passavelmente adormecida. Na virada do século, o perigo só se manifestava nos confins do Império, principalmente na Armênia, onde os bandos turcos semeavam a desolação; mas dentro em breve estes iriam aparecer nas províncias próximas, ferozes e implacáveis. Era o fim das relações, em última análise bastantes corteses, que Bizâncio mantivera com os muçulmanos durante os últimos cem anos; o mundo maometano, novamente tomado de fanatismo e mergulhado numa terrível regressão à barbárie, recomeçava a política da intolerância. A cristandade bizantina ver-se-á dolorosamente afetada, mas não reagirá; será a cristandade ocidental que haverá de organizar a réplica — a *cruzada* —, que agora já se divisa no horizonte.

E foi justamente neste momento, em que os perigos externos se amontoavam nas fronteiras, que os senhores de Bizâncio criaram um outro, interno, que devia ao mesmo tempo paralisar em cheio a defesa e provocar os piores sobressaltos no Estado. Depois da morte de Basílio II, a direção dos negócios públicos tinha sido açambarcada pelos eunucos do palácio²¹, e daí resultou um antagonismo crescente entre o

governo civil e os chefes militares. Inquietos — e, em certo sentido, com razão — com o poderio cada vez maior dos generais, que de dia para dia se mostravam mais feudais e já se consideravam praticamente independentes do poder central, os altos funcionários, embora se julgassem incapazes de submetê-los, imaginaram medidas tortuosas cujas consequências deviam ser catastróficas. A armada de guerra foi negligenciada e perdeu rapidamente toda a força, e o exército foi sistematicamente enfraquecido, substituindo-se o serviço militar por um imposto. Além disso, multiplicaram-se as provocações aos generais.

O resultado não se fez esperar: os militares reagiram. Explodiram duas grandes revoltas no exército, uma entre as tropas da Sicília, que proclamaram basileu o seu general e atravessaram o Adriático, e outra em Andrinopla, que seguiu o mesmo figurino, mas levou os rebeldes até às muralhas da capital. Eram sintomas gravíssimos, não só pela dissensão que revelavam no interior do próprio Estado, mas sobretudo porque anunciavam a aparição do feudalismo, que tanto no Oriente como no Ocidente estava para apossar-se da sociedade.

Esta era, portanto, a situação do Império Oriental em meados do século XI. Forte, rico e poderoso na aparência; e, na realidade, minado por males secretos e incuráveis, ameaçado por perigos terríveis que não cessariam de agravar-se. Mas ao menos poderia o Império conservar nos planos moral e intelectual aquilo que se arriscava a perder na ordem política? Também aqui as aparências eram belas: depois da conversão dos russos, tudo parecia indicar que fora dado impulso a uma nova cultura cristã, eslavo-bizantina, tão viva e talvez até mais rica do que a cultura cristã romano-germânica do Ocidente. Mas também neste domínio os destinos deviam ser contrários: Bizâncio, na

imediate contingência de enfrentar novos perigos, já não terá forças para levar avante uma política de expansão cultural com fôlego. Dentro em pouco, Kiev e o seu belo foco de civilização serão quase aniquilados pelos tártaros.

Além disso — é preciso dizê-lo —, os últimos tempos da dinastia macedônia já haviam assinalado um recuo da inteligência. Basílio II, que pensava que a Universidade custava muito dinheiro e que, aliás, como a maior parte dos tiranos, considerava os intelectuais um perigo público, acabou por suprimi-la. Cinquenta anos mais tarde, diante da terrível decadência que se observava na administração, Constantino IX Monômaco reabriu escolas de direito e filosofia com a ajuda de Psellos, “cônsul da filosofia”, mas o antigo ardor estava extinto e essas reformas não duraram muito. O intelectualismo bizantino, que sempre fora privilégio de uma elite estreitamente ligada à alta Igreja e ao governo, incapaz de elevar e de animar as massas populares, foi-se esterilizando cada vez mais e acabou por encerrar-se no estreito quadro do “bizantinismo”.

Nos anos que giram em torno de 1050, em que a Idade Média já se faz anunciar por muitos indícios — como por exemplo a invasão turca e o progresso do feudalismo —, e em que a última grande dinastia bizantina se esboroa, é impressionante observar a coincidência entre esse doloroso acontecimento que é o cisma grego de 1054 e esse dobrar-se sobre si mesmo, essa esclerose progressiva, que vai caracterizar Bizâncio. No meio de dificuldades sempre crescentes, os gregos conseguirão salvaguardar ainda por quatrocentos anos as suas formas de civilização; mas o novo estilo de vida, os novos dados sociais, morais e estéticos sobre os quais se apoiará a glória da Idade Média não serão descobertos por eles, mas por esses bárbaros do Ocidente que possuíam um dinamismo irresistível.

É aqui que se perfilam com exatidão as responsabilidades da igreja grega. Podemos resumi-las numa fórmula que parece paradoxal: para assumir a tarefa de salvaguarda e de guia que teria sido necessária, ela estava ao mesmo tempo demasiado ligada ao Estado e muito pouco presente no mundo.

No âmbito mais externo à fé, sucumbira — é preciso dizê-lo — à tentação permanente de todas as igrejas: a de confundir a sociedade dos santos com um organismo administrativo, e acabara por estar tão intimamente associada ao Império que não podia deixar de seguir o seu destino — ser rica com ele, e com ele cair no abismo. Quanto àquilo que nela era verdadeiramente admirável — a sua profunda espiritualidade —, tendia a afastar-se do mundo e não procurava de forma alguma transformá-lo.

Como estava longe a igreja grega daqueles monges reformadores que, neste mesmo dobrar do século XI, impeliavam a igreja ocidental pelo caminho das mais altas exigências, e desses grandes papas que veremos erguer-se tão livremente diante dos poderes civis, corajosos até o heroísmo! A verdade de Cristo, a verdade em ato que constitui o fermento da história, não se encontrava confiada à guarda nem do patriarca-funcionário do Palácio Sagrado nem do *higoumene* dos *higoumenes*, perdido nas piedosas solidões do Monte Athos. Era aos beneditinos de Cluny e aos pontífices de Roma, predecessores de Gregório VII, que pertencia o futuro — e um futuro bem diferente.

Notas

¹ Chamavam-se assim os membros da família imperial nascidos legitimamente e que, por isso, podiam herdar o trono. Quando estava para nascer uma criança da hierarquia reinante, sua mãe dava à luz num aposento especial, revestido de pórfiro e mármore vermelho, o que verdadeiramente fazia dessa criança um “nascido na púrpura” e bastava para garantir a sua legitimidade. Diga-se entre parênteses que muitas vezes teria havido razões para pô-la em dúvida...

A IGREJA DOS TEMPOS BÁRBAROS

² Pelo menos na Ásia Menor, porque, trazida pelos colonos armênios, essa heresia espalhou-se entre os búlgaros e dali passou para os russos e para os sérvios, onde os seus adeptos tomaram o nome de bogomilos. Por volta do ano 1000, essa doutrina chegou a ameaçar o cristianismo na Rússia e nos Bálcãs. Discute-se ainda se a influência dos paulicianos e dos bogomilos está ou não na origem da heresia dos albigenses no Ocidente. A arte bogomila, principalmente a escultura, de um simbolismo estranho, evidencia nitidamente antiquíssimas influências asiáticas.

³ Cf. cap. VI, par. *A irradiação cristã do Oriente*.

⁴ Cf. neste cap., par. *O caso Fócio*.

⁵ Conduziu guerras terríveis contra os poloneses na mesma época em que Boleslau o Valente fazia da Polônia uma nação cristã. Cf. cap. X, par. *Novas conquistas para a Cruz*.

⁶ *A Rússia e a Igreja Universal*. Cf. também J. N. Danzas, *L'itinéraire religieux de la conscience russe*, Juvisy, 1935.

⁷ Cf. cap. VIII, par. *Os esforços supremos de um velho papa*.

⁸ Personagem diferente da outra Teófana, mística e semilouca, já mencionada.

⁹ Cf. cap. VIII, par. *São Nicolau I, o primeiro grande papa medieval*.

¹⁰ Cf. cap. VIII, *ib.*

¹¹ Cf. cap. VIII, par. *Os esforços supremos de um velho papa*.

¹² Cf. cap. VII, par. “*O piedoso guardião dos bispos*”, e neste cap. o par. *Fidelidade a Bizâncio*.

¹³ Leão VI era legalmente filho do seu predecessor Basílio, mas de fato era filho adulterino de Miguel III, que casara a sua amante com o então favorito Basílio. Seu pai legal era, portanto, o assassino do seu verdadeiro pai, situação inteiramente “bizantina” e que explica o ódio do jovem imperador por todos aqueles que tinham servido Basílio I.

¹⁴ Entre 996 e 998, Fócio foi colocado entre os santos patriarcas de Constantinopla, associado ao seu ex-inimigo Inácio. A partir dessa época, o seu nome tornou-se cada vez mais um sinal de contradição entre o Ocidente e o Oriente. Os ocidentais deslustrarão a sua memória; os orientais reterão a sua oposição às “pretensões tirânicas” do papado. Um juízo equitativo sobre ele deve deter-se a meio caminho entre a exaltação e o descrédito. Depois de ter sido tratado muito severamente pelos historiadores ocidentais da Igreja, vê-se que a partir de 1930 foi-lhe feita justiça e se pôde falar da sua “reabilitação” (Moreau). Cf. as notas bibliográficas deste capítulo.

¹⁵ Estranho patriarca esse maníaco por cavalos, que numa Sexta-feira Santa abandonou a celebração dos ofícios quando lhe disseram que a sua égua preferida tinha dado à luz, pois quis verificar a qualidade do potro, e que acabou morrendo de uma queda sob as patas de um cavalo quando participava de uma corrida!

¹⁶ Cf. cap. X, par. *O espírito da reforma conquista a Igreja*.

¹⁷ Pormenor picante e bem característico das astúcias bizantinas: Cerulário mandou queimar apenas uma cópia, guardando o original como “prova da eterna desonra” dos ocidentais.

¹⁸ O cristianismo russo fornece-nos a contraprova deste fato: o cisma de 1054 não teve a menor repercussão em Kiev e não determinou nenhuma mudança nas relações com o Ocidente. Assim, as três filhas do príncipe Jaroslav (falecido piedosamente em 1054), casadas com reis da França, da Hungria e da Noruega, nunca se viram a braços com qualquer questão

IX. BIZÂNCIO RECOMPÕE-SE, MAS SEPARA-SE DE ROMA

religiosa; e, da mesma forma, as princesas ocidentais casadas com príncipes de Kiev não se sentiam em país cismático. Sabe-se que o *Evangelário* de Reims, usado para as cerimônias da sagração real na França, era um livro eslavo trazido pela rainha Ana, filha de Jaroslav, por ocasião do seu casamento com o rei Henrique I. Um século mais tarde, poder-se-ia citar ainda o caso de uma princesa russa que partiu com um grupo de moças para fundar um convento em Jerusalém, e que foi canonizada pela Igreja latina sob o nome de Santa Eufrosina. A consciência cristã não se conformou facilmente com a grande ferida do cisma.

¹⁹ A expansão do monaquismo bizantino nesta época foi tão grande que se fundaram conventos gregos até na Itália, como o de Grotta Ferrata, próximo de Roma.

²⁰ O. M. Dalton, *East christian art*.

²¹ O hábito de castrar rapazes ganhara enormes proporções na Bizâncio da época. A maior parte dos grandes funcionários eram eunucos, e Liutprando, no seu relatório de embaixada, afirma ter até encontrado bispos que o eram, mas o que ele diz não é lá muito infalível. Sobre a posição da Igreja no que se refere à castração, pode-se consultar com grande proveito a brochura muito substancial de Riquet, *La castration*, Paris, 1948, que é um excelente documento histórico relativo à questão. Convém saber que os médicos da Idade Média castravam os seus clientes por dá cá aquela palha. Uma hérnia era já razão suficiente para isso...